

# ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 14,00 horas, do dia 2013/07/17

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Freguesia	
	<b>ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL</b>			
1	Ata nº 14/2013 da reunião de câmara de 2013/06/19			Aprovação
2	Relatório da inspeção ao Barco Varino "Liberdade"			Conhecimento
3	Regulamento para atribuição de estágios pelos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Vila Franca de Xira - Versão final			Aprovação
	<b>DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA</b>			
4	Relação de atos da competência da CM delegados e praticados pelo Sr. Vice-Presidente			Conhecimento
5	Auto de vistoria prévia - Av. 5 de Outubro, nº 1	Rui Sérgio Pão Mole Cardoso	Alverca do Ribatejo	Aprovação
6	Auto de vistoria - Rua 2 de Abril, nº 56, Santa Sofia	Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira	Vila Franca de Xira	Aprovação
7	Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote B18 do loteamento Zona do Moledo	Rui Simões Martins da Silva	Alverca do Ribatejo	Aprovação
8	Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 77 do loteamento Casal da Serra	Ilda Maria Jesus Rebelo Moutinho	Póvoa de St.ª Iria	Aprovação
9	Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 55 do loteamento Enxordeiros	Hugo André Carajote Alhandra	Alverca do Ribatejo	Aprovação

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 14,00 horas, do dia 2013/07/17

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Freguesia	
10	Restituição de valor do reembolso da comparticipação individual - Quinta da Ponte e Anexos, lote 372	Herdeiros de José Fernandes Costa	S. João dos Montes	Aprovação
	<b>DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS</b>			
11	Recargas de pavimentos no concelho - Auto de receção definitiva, conta final e liberação de garantias	Constradas, SA	Vila Franca de Xira	Aprovação
12	Remodelação da EB1 de A-dos-Loucos - Auto de receção definitiva e liberação de caução	Comprojecto - Projectos e Construções, Lda	S. João dos Montes	Aprovação
13	Conclusão da remodelação da EB2 Dr. Sousa Martins para EB1 - Auto de vistoria e liberação de caução	Comprojecto - Projectos e Construções, Lda	Vila Franca de Xira	Aprovação
14	Reabilitação de pavimentos na estrada municipal do apeadeiro - Desvio de prazo da conclusão da obra	Construções Pragosa, SA	Castanheira do Ribatejo	Aprovação
15	<del>Adaptação do edifício do mercado da Póvoa para espaço cultural - Alteração da data da conclusão da obra</del>	<i>Retinado</i> <del>Consórcio Constrope - Congevia, SA/Gigabeira Instalações Especiais</del>	<del>Póvoa de St.ª Iria</del>	<del>Aprovação</del>
16	Parque Linear Ribeirinho do Estuário do Tejo - Auto de receção provisória	ABB - Alexandre Barbosa Borges, SA		Aprovação
17	Parque Linear Ribeirinho do Estuário do Tejo - Trabalhos a menos	ABB - Alexandre Barbosa Borges, SA		Aprovação
18	Requalificação de pavimentos em arruamentos municipais - Auto de vistoria e receção provisória	Construções Pragosa, SA		Aprovação

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 14,00 horas, do dia 2013/07/17

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Freguesia	
19	Execução da passagem superior pedonal do Forte da Casa - Adiantamento a conceder nos termos do artº 292 do Código dos Contratos Públicos	Oliveiras, SA	Forte da Casa	Ratificação
20	Arranjos exteriores do Jardim do Bairro - Revisão de preços	Asibel - Construções, SA	Alverca do Ribatejo	Aprovação
21	Projeto de regularização fluvial do rio Grande da Pipa, entre a EN1 e a foz no rio Tejo - Cedência de parcela de terreno	Vítor Manuel Feliciano Baião de Matos	Castanheira do Ribatejo	Aprovação
22	Estabilização do talude da encosta e restabelecimento do troço acidentado da estrada de São Marcos - Alteração ao projeto de fundações apresentada pelo empreiteiro	HCI - Construções, SA	Calhandriz	Aprovação
23	Construção de um polidesportivo com bancadas e trabalhos complementares na EB Pedro Jacques de Magalhães - Desenvolvimento do plano de segurança e saúde	Construtora Udra, Lda	Alverca do Ribatejo	Aprovação
<b>GABINETE DE APOIO AO MUNÍCIPE E ATIVIDADES ECONÓMICAS</b>				
24	Relação dos atos da competência da CM delegados e praticados pela Srª Vereadora Conceição Santos, no uso da delegação e subdelegação de competências			Conhecimento
25	Cafetaria com esplanada e quiosque de revistas e jornais do parque de lazer entre escolas no Forte da Casa - Acionamento de caução e pagamento em prestações	Bemhaja II - Casa de Pão, Lda	Forte da Casa	Aprovação
26	Procedimento para arrendamento do espaço municipal destinado a estabelecimento, designado por "Cafetaria com esplanada e quiosque de revistas e jornais do parque de lazer entre escolas no Forte da Casa"		Forte da Casa	Aprovação
27	Procedimento para arrendamento do espaço municipal destinado a estabelecimento, designado por "Quisque para cafeteria com esplanada do parque urbano Dr. Luís César Pereira"		Vila Franca de Xira	Aprovação


# ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 14,00 horas, do dia 2013/07/17

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Freguesia	
	<b>NOTARIADO PRIVATIVO MUNICIPAL</b>			
28	Exercício de direito de preferência sobre a fração "H", sita na rua José Maia Tavares, lote 24, 3º eq, Bairro da Chabital	Manuel Augusto Barros Marques Videira	S. João dos Montes	Aprovação
	<b>DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA</b>			
	. Assuntos apresentados para conhecimento			
	Da competência da Presidente da C.M.			
29	Relação dos despachos da Srª Vereadora Conceição Santos na área de pessoal			Conhecimento
30	Legislação síntese			Conhecimento
31	Pagamentos autorizados			Conhecimento
32	Balancetes			Conhecimento
	. Outros assuntos			
33	Contratação de serviços de limpeza dos equipamentos desportivos municipais do concelho - Erros e omissões			Aprovação
	<b>DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA</b>			
34	Encerramento dos espaços adstritos ao museu municipal no período de verão			Aprovação
35	Horário de abertura ao público do Núcleo Museológico da Póvoa de Santa Iria		Póvoa de St.ª Iria	Aprovação

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 14,00 horas, do dia 2013/07/17

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Freguesia	
	<b>DEPARTAMENTO DE AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, DESPORTO, EQUIPAMENTOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL</b>			
36	Reembolso de renda paga indevidamente - Praça Bento Gonçalves, nº 4 (ex torre 8), 3º D	Maria Fernanda Tavares Cardoso	Vialonga	Aprovação
37	Cessação do protocolo de cedência de instalações em regime de comodato	Inestética - Associação Cultural de Novas Ideias	Vila Franca de Xira	Aprovação
	<b>EQUIPA MULTIDISCIPLINAR DA REABILITAÇÃO URBANA</b>			
38	Polis XXI - Requalificação da frente ribeirinha da zona sul do concelho - Parque urbano da Póvoa de Santa Iria - 1ª e 2ª fases - Trabalhos a menos		Póvoa de St.ª Iria	Aprovação
39	Polis XXI - Requalificação ribeirinha da zona sul do concelho - Construção de 3 cais de pesca para os avieiros da Póvoa de Santa Iria - Prorrogação do prazo de execução		Póvoa de St.ª Iria	Aprovação
40	Polis XXI - Requalificação da frente ribeirinha da zona sul do concelho - Construção de 3 cais de pesca para os avieiros da Póvoa de Santa Iria - Trabalhos a mais		Póvoa de St.ª Iria	Aprovação
	<b>ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL</b>			
41	Parecer prévio vinculativo - Projeto de execução do talhão S do cemitério de Vila Franca de Xira		Vila Franca de Xira	Aprovação
42	Proposta de Alteração ao Regulamento Municipal dos Registos Retalhistas Municipais de Vila Franca de Xira - Discussão Pública		Vila Franca de Xira	Aprovação



## MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA

### CÂMARA MUNICIPAL

#### ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA E PÚBLICA DE 2013/07/17

Aos dezassete dias do mês de julho de dois mil e treze, pelas 14,00 horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, sob a presidência da Sr<sup>a</sup> Maria da Luz Gameiro Beja Ferreira Rosinha, Presidente da Câmara Municipal, estando presentes os Srs. Vereadores: -----

. Nuno Miguel Marques Libório; -----  
. João Manuel Correia Pires de Carvalho; -----  
. Fernando Paulo Ferreira; -----  
. Alberto Simões Maia Mesquita; -----  
. Ana Lúcia Alves Cardoso; -----  
. Helena Margarida Mendes Pereira de Jesus; -----  
. Maria da Conceição Pereira Gomes dos Santos; -----  
. Aurélio dos Santos Marques; -----  
. Vítor Manuel Jorge da Silva. -----

Estiveram ausentes os Srs. Vereadores Francisco do Vale Antunes, tendo sido substituído pela Sr<sup>a</sup> Vereadora Rosa Maria de Jesus Oliveira Dias Coelho Barral, Bernardino José Gonçalves Lima, tendo sido substituído pelo Sr. Vereador Aurélio dos Santos Marques, e Rui Ribeiro Rei, tendo sido substituído pelo Sr. Vereador Vítor Manuel Jorge da Silva. -----

Entrou no decurso da reunião a Sr<sup>a</sup> Vereadora Rosa Maria de Jesus Oliveira Dias Coelho Barral, pelas 14,10 horas, durante o período antes da ordem do dia. -----

Saiu no decurso da reunião a Sr<sup>a</sup> Presidente, às 14,20 horas, passando a reunião a ser presidida pelo Sr. Vice-Presidente. -----

A reunião foi secretariada por Fernando Paulo Serra Barreiros, Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em regime de substituição, assessorado por Maria Filomena de Brito Antunes Mendes, Assistente Técnica. -----

Declarada aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações sobre o expediente apresentado: -----



Assunto: PRESENÇAS DO PESSOAL DIRIGENTE E TÉCNICOS-----

GABINETE DE APOIO À PRESIDENTE-----

. Chefe de Gabinete-----

Mário Nuno Duarte-----

. Técnica Superior-----

Drª Susana Santos-----

DIVISÃO DE INFORMAÇÃO MUNICIPAL E RELAÇÕES PÚBLICAS-----

. Técnica Superior-----

Drª Prazeres Tavares-----

DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO

URBANA-----

. Diretor-----

Arqtº Nuno Santos-----

. Técnica Superior-----

Engª Carla Alcobia-----

DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS-----

. Adjunto do Vereador-----

Dr. José António de Oliveira-----

. Diretora-----

Engª Rosário Ferrão-----

OUTRAS PRESENÇAS-----

. HCI – Construções, SA-----

Engº Furtado Marques-----

Engº Alexandre Pinto-----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 002A

Reunião de 2013/07/17

CAPÍTULO: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA





Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA SRª PRESIDENTE-----

A Srª Presidente deu início à reunião, saudando os presentes, referindo ter algumas informações para dar, após o que sairá da reunião, por razões que explicará de seguida.-----

Começando pela melhor, disse ter sido apresentado publicamente o anuário financeiro dos municípios referente aos anos de 2011 e 2012, dando desde logo conta aos presentes de algumas notas do mesmo, respeitantes ao município de Vila Franca de Xira. -----

Vila Franca de Xira aparece nos municípios com maior grau de execução de receita cobrada em relação à receita prevista, o que significa que é rigoroso na construção dos orçamentos. Em 2011 foi o segundo grande município, com 94,5%, o primeiro foi Almada, e em 2012 teve 94,8% de execução.-----

Depois, quanto aos municípios com maior volume de investimentos, em 2011 Vila Franca de Xira estava em 15º, e em 2012 em 12º.-----

Relativamente ao maior volume de investimentos com transferências de capital, o município apareceu em 13º lugar. -----

Nos municípios com menor índice de endividamento líquido em relação às receitas do ano anterior, foi o primeiro grande município, seguido desde logo pelo de Almada. -----

Quanto aos municípios com menor prazo médio de pagamentos, em 2011 tinha um prazo médio de pagamento de 13 dias, e em 2012 tinha um prazo médio de 12 dias, sendo o segundo grande município. -----

No que respeita aos municípios com maior liquidez referenciada, em 2012 ocupou o 4º lugar. -----

No ranking global dos 15 grandes municípios, em 2010 Vila Franca de Xira estava em 1º lugar ex aequo, em 2011 em 1º lugar, e em 2012 em 2º lugar. -----

Prossegiu, dando conta da evolução da receita do IMI e da previsão.-----

Não se considerou nenhum aumento das receitas do IMI, e neste momento a previsão, segundo a Direção-Geral de Finanças, de acordo com os valores previstos cobrar, a emissão das guias de liquidação, as que já foram emitidas e as que vão ser emitidas até ao fim do ano, haverá uma quebra na casa dos 2 milhões de euros



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 004

Reunião de 2013/07/17

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

em relação à receita do IMI. Assim, para quem dizia que o IMI ia crescer “aos montes”, o município vai quebrar cerca de 2 milhões de euros, e é se toda a gente pagar tudo aquilo que lhe vai ser imputado para pagar. -----

Depois, deu ainda conta, solicitando que os presentes se pudessem pronunciar, quanto ao facto de ter saído, no dia 8 de julho, a Portaria nº 221/2013, relativa ao programa de rescisões por mútuo acordo, dizendo desde logo que, após analisado o conteúdo da portaria, o Partido Socialista entende que o município não deve aderir ao programa, pois é altamente prejudicial para os trabalhadores, e reduz em muito os seus direitos. -----

De seguida, referiu que se alguém estiver em desacordo, e se queira pronunciar, que o poderá fazer. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que os membros da CDU irão apresentar uma moção sobre essa situação. -----

Retomou a palavra a Srª Presidente, referindo que está absolutamente limitada no tempo, solicitando ao Sr. Vereador que não apresente já a moção, sendo a posição do Partido Socialista em relação a este assunto de rejeição absoluta, e de não aderir sequer. Aliás, o sindicato pediu uma reunião, e é a posição que se vai dar conta. -----

Por fim, quanto à razão de se ter de ausentar já de seguida, tem a ver com o facto de no dia 11 de julho, na passada quinta-feira, ter sido publicado o Decreto-Lei nº 92/2013, que tem a ver com a reorganização das águas e dos resíduos sólidos. -----

Este diploma diz, no seu preâmbulo, por exemplo, “em consonância com o diagnóstico realizado, o programa do Governo preconiza caminhos distintos para o setor das águas e dos resíduos. Para o subsector dos resíduos prevê-se autonomização e a implementação de medidas que promovam a sua abertura ao setor privado.” -----

Em relação às águas é diferente, mas, concentrando-se nos resíduos, vai haver dentro de instantes, às 15h00, com a Srª Ministra Assunção Cristas, uma reunião sobre este assunto, e os municípios da Valorsul delegaram em Vila Franca de Xira a mensagem para o Governo, bem como a sua presença na reunião. -----

Prosseguiu, mencionando que neste decreto diz-se mais, que “a criação dos sistemas multimunicipais deve ser precedida de um parecer dos municípios



territorialmente envolvidos”, que é o caso de Vila Franca de Xira, e irá ser publicado um diploma para a extinção dos existentes e a criação dos novos, bem como que os municípios têm, após a publicação do diploma, 45 dias para se pronunciarem. -----

Decorrendo de algumas diligências que já fez, nomeadamente junto do gabinete da Srª Ministra, este documento fala também da recolha, não só do tratamento dos resíduos, e a recolha é hoje um serviço que está a cargo dos municípios. Eventualmente terá havido um lapso, pretendia-se escrever recolha seletiva, mas o que lá consta é recolha. -----

Desta forma, os municípios reuniram, e a posição que tomaram é que este é o momento completamente inadequado para a discussão desta matéria, tendo em consideração o que se avizinha, já para não falar do estado do país e da situação pouco clara em que se encontra o Governo. -----

De seguida, leu o ofício enviado ao ministério sobre a matéria. -----

“No seguimento do convite para a reunião (...) para apresentação das linhas gerais do processo referente à área de negócio da gestão dos resíduos das Águas de Portugal, cabe aos municípios signatários do presente informar V. Exª que consideram que o momento escolhido para esta abordagem não é o adequado, já que estamos à beira de um ato eleitoral autárquico, momento em que, até por força da lei, muitos eleitos vão ser substituídos, para além do facto de, de acordo com a Lei nº 92/2013 de 11 de julho, terem os municípios 45 dias para se pronunciarem sobre a criação dos sistemas multimunicipais, o que implica uma decisão de um órgão que, eventualmente, dado o calendário, à data já não a poderá tomar. -----

Consideramos e submetemos à apreciação de V. Exª a possibilidade deste assunto ser apreciado após o ato eleitoral de 29 de setembro”. -----

Referiu que, como se sabe, no período eleitoral os municípios estão em gestão, há decisões que já não podem ser tomadas, pelo que o que faz sentido é o assunto ser apreciado após o ato eleitoral, apesar da posição em relação a esta matéria ser também uma posição de rejeição, embora seja para o momento próprio. Assim, neste momento a sua discussão é para os municípios considerada inadequada. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que, de facto, o momento não



é o adequado, a proximidade do ato eleitoral obriga a que as autarquias não possam deliberar sobre matérias dessa natureza, mas, como a Srª Presidente disse na parte final da sua intervenção, há uma posição tomada por maioria por esta câmara municipal, no sentido de rejeitar a entrada de privados em áreas que são de competência exclusiva dos municípios, onde se inclui o de Vila Franca de Xira.--- Portanto, pensa a CDU que a Srª Presidente, mesmo estando mandatada em nome de outros municípios, pode e deve, e certamente se o fizer está a defender o serviço público, dizer que em Vila Franca de Xira não se está de acordo com a privatização do sistema multimunicipal Valorsul, porque essa privatização, que é o que quer este Governo de direita, significa duas coisas automaticamente.----- A primeira delas é uma degradação do serviço prestado às populações, e a segunda é um aumento dos custos pagos pelos munícipes para a manutenção do serviço de tratamento e recolha adequadas dos resíduos sólidos urbanos. Desta forma, de facto é com muita apreensão que se verificam estas insistências por parte deste Governo, e a sua obstinada teimosia no sentido de privatizar áreas que devem ser da competência dos municípios, que, no caso concreto, são muito bem executadas pelos municípios, com os valores de qualidade que todos reconhecem.- Tomou a palavra o Sr. Vereador Vítor Silva, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo também tiveram conhecimento da saída do anuário financeiro referente aos anos de 2011 e 2012, não tiveram ainda tempo de o abordar, mas felicitam-se pela posição em que o município de Vila Franca de Xira se encontra, nas vertentes de que a Srª Presidente falou.----- Consideram que, nesse aspeto, é gratificante para todos sentir e ouvir isso.----- Depois, sobre o problema da água e dos resíduos sólidos, tinham um pequeno apontamento para apresentar neste período, mas pelo que a Srª Presidente diz, e se se vai manter o esquema deste Governo, há dois destinos diferentes, em termos de água, e de resíduos sólidos. Não sabe se isso é em termos de cobrança, neste momento mantém-se a cobrança das duas coisas, água e resíduos sólidos, e apresentam-se situações pouco gratificantes, já que em importâncias pequenas quase que se paga mais da recolha de resíduos sólidos do que da água.----- Certamente não é altura para falar nisto, vai-se aguardar que a reunião possa dar alguma pista a mais para o futuro, mas pensa ser importante, na prática, analisar e

*[Handwritten signature]*

avaliar até que ponto se justificam, muitas vezes, os valores que estão a ser imputados pela recolha dos resíduos. -----

Interveio a Srª Presidente, dizendo que aquilo que pode desde já dizer é que a intenção do Governo é agregar um conjunto de outros sistemas, a maior parte deles em completa situação de falência financeira, o que significará, como é o caso da TratoLixo, um aumento brutal da tarifa e, desde logo, duas coisas. Em primeiro lugar, uma muito local e específica, uma sobrecarga no aterro do Mato da Cruz. Depois, um aumento da tarifa insuportável para os munícipes. -----

Esta é uma realidade, teve-se muito recentemente já um pequeno exemplo disso, o caso da agregação da Resioeste, em que havia municípios que desde o início tinham o tratamento do lixo e não pagavam, confrontando-se todos agora com uma possibilidade, dada a sua dimensão, que é algo considerado inaceitável.-----

Agora, toda esta urgência no tratamento destes assuntos é mais ao menos como a própria dever estar às 15h00 na reunião, e às 16h00 numa reunião com a Srª Ministra das Finanças por causa da nova Lei das Finanças Locais, o que também não se percebe, o porquê destas urgências neste instante, e a verdade é que não se augura nada de bom.-----

Quanto à questão das águas, virá à próxima reunião de câmara ou à de agosto, no âmbito da alteração, um reforço da verba para a Simtejo, porque efetivamente, tendo-se conseguido, nas negociações, baixar substancialmente, em relação ao contrato primeiro que se fez com a Simtejo, a verdade é que o município comparticipa de modo a que os munícipes não tenham uma tão alta tarifa em relação ao tratamento dos efluentes, sendo esta uma realidade.-----

O Sr. Vereador Nuno Libório interveio, referindo que pensa que o Sr. Vereador Vítor Silva deveria refletir sobre mais duas questões, sendo a primeira sobre as questões que estão na origem da criação do sistema multimunicipal. A criação deste sistema, como todos os outros sistemas multimunicipais na região, existiu a partir da vontade forte dos municípios de juntar forças no sentido de, com os meios disponíveis, resolverem problemas que eram comuns, e que continuam a ser comuns.-----

O lixo é um problema comum, para o qual se exige sempre, permanentemente, uma solução integrada, e foi por imposição do governo de então que foi criada uma



situação em que os municípios ficavam em minoria no capital social, porque a vontade dos municípios sempre foi de terem a maioria, ou seja, o controlo político sobre um sistema multimunicipalizado. Infelizmente não foi essa a opção do governo de então.-----

Quanto à outra questão, quando se fala de custos é só fazer comparação com as câmaras municipais de todos os quadrantes políticos, com exceção da CDU, onde há aplicação de taxas de recolha de resíduos sólidos urbanos assegurada diretamente por sistemas privados, para perceber que, não obstante se verificar o aumento crescente da taxa paga na fatura da água, que é uma situação com a qual a CDU lida com bastante preocupação, ainda assim são valores substancialmente inferiores aos praticados pelo setor privado, no sentido mais clássico da operação.-----

Portanto, é isto que está em causa, por um lado, a degradação imediata do serviço, porque deixa de haver controlo político das autarquias sobre a sua atividade e, por outro lado, um, e mais do que perspectivado aumento das taxas a pagar de todos os utilizadores deste sistema, que passam a ser entendidos, não como utilizadores de serviços públicos, mas antes como clientes de um serviço que é prestado e pago por um operador privado.-----

Isso altera profundamente a forma de relacionamento entre a autarquia e os munícipes, e é uma situação que deve merecer da parte da câmara municipal a mais profunda rejeição, quer na parte dos resíduos sólidos, quer na parte do fornecimento e abastecimento de águas, bem como em relação ao seu tratamento.

Interveio a Srª Presidente, mencionando que no seguimento daquilo que o Sr. Vereador Nuno Libório disse, dá conta que esta legislação, que agora saiu, passa pela extinção da EGF-Empresa Geral do Fomento, e pela abertura aos privados dos 51%, sendo isso que está em causa. Contudo, só saberá mais depois da reunião.----

De seguida, ausentou-se, passando a reunião a ser conduzida pelo Sr. Vice-Presidente.-----

Interveio ainda o Sr. Vítor Silva, reforçando o que disse sobre os problemas dos SMAS, tendo os membros da Coligação Novo Rumo até apresentado a reclamação de uma pessoa, que para pagar 5,00€ de água pagou quase tanto de resíduos sólidos.-----



Deliberação nº \_\_\_\_\_

Depois, não fazem nenhuma observação quanto aos meios que possam ser utilizados na exploração, tanto da água, como dos resíduos sólidos, de serem privados ou públicos, no sentido de serem uma aglutinação, ou, em termos cooperativos, estarem numa associação de municípios, que até era o mais importante, atendendo a que se conseguisse uma exploração com massa crítica, com dimensão suficiente para que a eficiência e o custo/benefício fosse no interesse de todos os cidadãos.-----

Por isso, o que pensam é que tem de ser encontrada uma solução e uma modalidade de exploração que leve em conta aquilo que os munícipes consideram justo e possível pagar. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que todos sofrem do mesmo mal, mas quando se fala na privatização destes serviços, não sabe se não se iria pagar ainda mais. -----

Também tem alguma preocupação, e não sabe, quanto aos serviços que são reconhecidos como de qualidade, se se manteriam da mesma forma. Por aquilo a que se tem assistido, nas experiências a que se tem assistido, é que não, a qualidade baixou consideravelmente, considerando a população, os munícipes, e outros municípios onde estas soluções foram implementadas, de privatização ou outras. Os valores a pagar aumentaram, pelo que entre o certo e o incerto, provavelmente mais vale ter o certo, e é aquilo que pode referir. -----



Fl. Ata 010

Reunião de 2013/07/17

Proc<sup>o</sup> \_\_\_\_\_

Deliberação nº **767**

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

INTRODUÇÃO DE ASSUNTO NA ORDEM DO DIA -----

O Sr. Vice-Presidente interveio, solicitando o Dr. Fernando Barreiros para indicação de assuntos a introduzir ou a retirar na ordem de trabalhos. -----

Tomou a palavra o Dr. Fernando Barreiros, referindo que se propõe introduzir 1 ponto na ordem do dia, que ficará como ponto 42, que se reporta à alteração do regulamento municipal dos mercados retalhistas municipais de Vila Franca de Xira. Sobre este assunto foi hoje distribuída uma comunicação interna, que explica qual é a alteração, e relaciona a mesma com a discussão pública, indicando quais as alterações ao regulamento. Daí que este ponto venha à reunião para aprovação da discussão pública. -----

Prosseguiu, dizendo que o ponto 15 foi retirado da ordem do dia, não chegando a ser distribuído, havendo também uma correção ao ponto 18, pelo que a documentação vai voltar a ser distribuída, substituindo a anterior. -----

Deliberado, por unanimidade, introduzir o ponto na ordem do dia.-----

aod.2



A 7/11

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----  
MOÇÃO - RETIRADA DE DIREITOS DOS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO  
PÚBLICA É ILEGÍTIMA -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo, como já tinha afirmado na altura das informações prestadas pela Srª Presidente sobre a questão da administração pública, que os membros da CDU têm uma moção para apresentar, intitulada "Retirada de direitos dos trabalhadores da Administração Pública é ilegítima", que lerá seguidamente, de acordo com o documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, solicitando a possibilidade de analisar a moção, e que a mesma seja distribuída, para ver se se está de acordo, se o Partido Socialista tem alguma questão a colocar, bem como a Coligação Novo Rumo.-----

O que seria interessante é ter uma moção que pudesse, eventualmente, ser votada por unanimidade, mas para isso é necessário olhar e analisar. -----

Interveio mais tarde, referindo que a moção será analisada na próxima reunião.-----



## MUNICIPIO DE VILA FRANCA DE XIRA

### MOÇÃO

#### Retirada de direitos dos trabalhadores da Administração Pública é ilegítima

Considerando que:

- As condições de admissão dos trabalhadores na Administração Pública são parte integrante de um conjunto de direitos e deveres assumidos entre os contraentes, qualquer alteração unilateral a essas condições é abusiva e ilegítima;
- A discriminação é um fator inaceitável nas instituições do Estado, pessoa de bem, não é aceitável qualquer tentativa de aplicação de situações de desigualdade em circunstâncias laborais semelhantes;
- O desenvolvimento tecnológico, com base no uso dos recursos informáticos, partilha on-line, recursos a meios de comunicação imediata, têm aumentado em grande escala a produtividade dos trabalhadores, desmentindo qualquer argumento de baixa de produtividade por parte dos trabalhadores, que justifique o aumento do horário de trabalho;
- Que o desenvolvimento tecnológico deve servir a humanidade em mais e melhor qualidade de vida e não em maior exploração dos trabalhadores;
- Que o aumento do horário ~~de horário~~ de trabalho é uma imposição unilateral do Governo PSD/CDS, que viola as condições assumidas entre contraentes, aquando da admissão dos trabalhadores em causa;
- Que a diminuição dos dias de férias, bem como as majorações desses dias em função da idade é mais uma medida unilateral que viola as condições assumidas com os trabalhadores da Administração Pública;
- Que as condições laborais estão constantemente a ser manipuladas e alteradas unilateralmente, mediante a aprovação de leis que mudam as regras a "a meio de um jogo", sempre em prejuízo dos trabalhadores;

A Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, reunida no dia 17 de Julho de 2013 decide:

1. Reclamar a revogação de todo o normativo legal que vise o aumento do horário de trabalho, redução dos dias de férias e retirada de feriados, aos trabalhadores em geral, inclusive aos trabalhadores da Administração Pública.

Vila Franca de Xira, 17 de Julho de 2013

C.C:

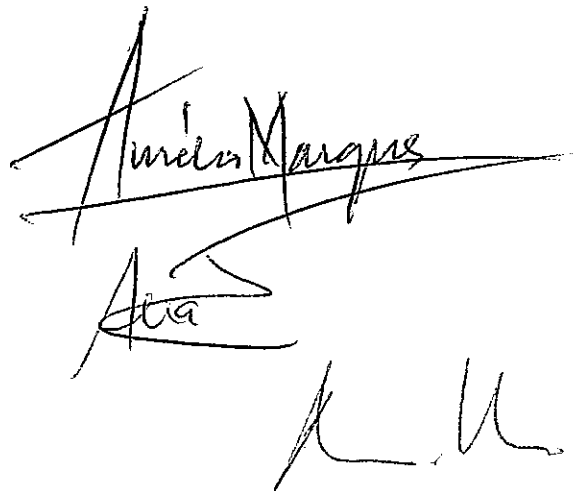
Exmo. Sr. Presidente da República

Exmo Sr. Primeiro Ministro

Bancadas dos partidos representados na Assembleia da República

CGTP-IN

UGT



*[Handwritten signature]*

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

ALARGAMENTO DO HORÁRIO DAS PISCINAS MUNICIPAIS DA CALHANDRIZ -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, reportando-se a uma questão que já foi decidida em reuniões anteriores, a abertura da piscina municipal da Calhandriz. ----

Os membros da CDU têm recebido alguns pedidos, a que não chamaria de reclamações, no sentido, como a piscina só tem horário de terça-feira a sábado, das 15h00 às 19h00, de sensibilizar o executivo camarário para que este horário fosse alargado, inclusivamente aos domingos, porque está encerrada, e mesmo aos dias úteis, da parte da manhã. -----

Gostariam de auscultar o executivo camarário relativamente ao que pensa sobre esta questão, e transmitir alguns pedidos que chegaram à bancada da CDU nesse sentido do alargamento do horário das piscinas. -----

O Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira interveio, dizendo que não há nenhuma abordagem feita sobre essa perspetiva de alargamento do horário. Não chegou, nem ao gabinete, nem aos serviços, nem às próprias pessoas que frequentam a piscina da Calhandriz, que abriu agora, em julho, e que não são muitas, como se imagina, passando a pouco mais de meia dúzia, a média das pessoas que a estão a utilizar para já.-----

De qualquer das maneiras, pediu aos serviços que verificassem se por acaso haveria algum pedido, mas ao que o informaram não têm nenhum registo de pedido, pelo que se o Sr. Vereador lhe puder fazer chegar o contacto da pessoa que lhe terá falado, poderia, eventualmente, perceber-se a origem do pedido e as razões. -----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

NÍVEIS DE CONCENTRAÇÃO DE OZONO EM VILA FRANCA DE XIRA -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, reportando-se a uma notícia que saiu há 2 ou 3 dias atrás, que tem a ver com os níveis de concentração de ozono, na zona de Vila Franca de Xira, dizendo que os membros da CDU gostariam de perceber se a câmara municipal, tendo conhecimento disto, sabe se a situação se encontra regularizada, e se já se conhece a razão que levou a este aumento considerável da concentração de ozono na zona, e também noutros municípios da Área Metropolitana de Lisboa. -----

O Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira interveio, mencionando que os níveis de ozono sobem anormalmente quando se conjugam três fatores ao mesmo tempo. Em primeiro, o calor, depois a falta de humidade, quando o calor é seco, coisa que aconteceu nestes dias que passaram, e um terceiro fator relevante é a ausência de vento, em que não há dispersão das partículas. -----

A CCDR verificou, nalgumas das suas estações de medição de ar, e elas têm estado a funcionar, bem como a de Alverca, valores anormalmente altos no dia 9, e nesse momento a câmara municipal emitiu e publicou na sua página da Internet um aviso, para que as pessoas estivessem cientes disso, porque as consequências, que normalmente não são nenhuma, podem ocorrer, e têm a ver com alguma irritação, de olhos ou pele, decorrentes dos elevados níveis de ozono. -----

De qualquer das maneiras foi uma coisa muito datada, para aquele dia 9, não se voltou a repetir, e também o tempo ficou mais fresco, deixando de se sentir esse problema, que não foi só no concelho. Houve uma região à volta de Lisboa que sofreu com elevados níveis de ozono, nos dias 8 e 9 de julho, que foram realmente dias anormalmente quentes. -----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

RECOLHA DE MONOS NO CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA-----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dando conta de uma preocupação que já foi levantada pelos membros da CDU há 15 dias, e que tem que ver com o serviço de recolha de monos no concelho de Vila Franca de Xira. -----

Há cerca de 10 dias, e pode dar um caso muito concreto, que aconteceu com um familiar seu, foi solicitado à câmara municipal, e informado que iria ser colocado um mono junto ao caixote do lixo, tendo sido perguntado a que dia esse serviço era feito. -----

A informação obtida foi que esse serviço era feito às terças-feiras e sextas-feiras, a partir das 20h00, e a pessoa em questão colocou o respetivo sofá, neste caso, perto do contentor, à hora que foi marcada. -----

A pessoa que recebeu o telefonema agradeceu o facto de o munícipe ter contactado a câmara municipal e ter informado o dia e a hora a que iria colocar o mono, mas o certo é que passaram 11 dias e o mono está exatamente no mesmo lugar. Ainda por cima é uma zona que está a ser alvo de obras, a da entrada da Quinta das Índias, e o sofá está no meio da obra neste momento. -----

Desta forma, se se tem a preocupação de enviar para casa, para os munícipes, uma informação do horário em que funcionam os serviços, se os munícipes têm a preocupação de ligar para a câmara municipal, dando conta da intenção, e depois nada é feito, acaba por ser desnecessária a informação, e os munícipes podem chegar à conclusão que afinal de contas podem colocar o mono a qualquer dia e hora, porque o resultado vai ser o mesmo. -----

Desta forma, gostariam de perceber, afinal de contas, como é que está a funcionar, porque, pelos vistos, está a funcionar muito mal a recolha deste tipo de lixo no concelho de Vila Franca de Xira.-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que a recolha dos monos é uma situação para a qual se procura encontrar uma solução eficaz. A situação que a Srª Vereadora coloca é uma matéria que vai transmitir ao Sr. Vereador Vale Antunes, e tem pena que não esteja presente, para que, de viva voz, possa transmitir o que sabe acerca desta matéria.-----

De qualquer modo, esta reclamação, não só do munícipe, mas também da questão



Fl. Ata - 015

Proc<sup>o</sup>

Deliberação nº

apresentada pela Sr<sup>a</sup> Vereadora, vai ser colocada aos serviços, para se perceber o que é que aconteceu. Algo de anormal aconteceu, porque, por aquilo que sabe, não é hábito.

O Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira tomou a palavra, mencionando que fez um contacto com os serviços relativamente a esta questão.-----

Houve um contacto feito no dia 10 de julho, da zona da Quinta das Índias, os monos serão recolhidos hoje, faziam parte de um grupo que estava no final da zona de Vialonga, em que foi ontem e hoje a recolha. Ontem foi metade, hoje será outra metade, e garantiram-lhe que sairia hoje. De qualquer das maneiras, se por acaso não vier a sair também se disponibiliza para receber um telefonema da parte da Srª Vereadora, a dar conta disso. -----

Contudo, à partida as coisas estarão tratadas e em ordem. -----


Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----  
ENTREGA DA CHAVE RELATIVA À CEDÊNCIA DE ESPAÇO À IGREJA PAROQUIAL DE  
VIALONGA-----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo que os membros da CDU  
têm assistido a algumas situações que parecem de alguma forma caricatas, e  
gostava de referir pelo menos duas.-----

No domingo do Colete Encarnado, de manhã, vieram a saber que a câmara  
municipal foi à missa, na Igreja Paroquial de Vialonga, entregar a chave do espaço  
que era até então dos amarantinos, que agora todos aprovaram a sua cedência  
para a igreja, no sentido de ser ali colocada uma loja social.-----

Mais uma vez, até porque o assunto respeita à câmara municipal, não lhes chegou  
qualquer convite ou informação para estarem presentes neste ato, que aliás, no  
entender da CDU, nem sequer é o mais conveniente, porque todos devem convir  
que num culto religioso, como é o caso, estar a fazer campanha eleitoral não é de  
todo o mais correto.-----

Portanto, porque entendem que estas duas coisas não deveriam acontecer, estes  
atos serem praticados no meio de um ato litúrgico, e acontecerem como se aquilo  
que é dado ou cedido fosse de alguém e não do órgão, que é a câmara municipal.--  
Aliás, se tivessem tido esta informação o que diriam era que certamente este não  
seria o local apropriado para a cedência de um espaço que é de todo meritório, que  
faz falta na freguesia de Vialonga, mas não é no meio de um ato litúrgico que se  
entregam as chaves deste espaço.-----

Gostavam de saber qual foi a intenção, neste caso do Partido Socialista, em estar  
neste tipo de situações, ou seja, em não ter se calhar pensado e refletido da  
melhor forma, e entendem os membros da CDU que se o tivesse feito esta  
situação, que é caricata, e puramente eleitoralista, não deveria acontecer.-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, mencionando que ao longo destes anos todos já se  
assistiu a muita coisa, e portanto ninguém é "santo" nestas matérias, apesar de se  
estar a falar que se estava na igreja, num ato litúrgico.-----

Em primeiro lugar, lamenta que os Srs. Vereadores, ou todos os vereadores, não  
tenham sido convidados para o efeito, porque o que deve acontecer é que em  
qualquer situação destas ou doutro carácter, sejam naturalmente convidados.-----



*[Handwritten signature]*

Está-se a falar do órgão câmara municipal, isso é óbvio, pelo que aquilo que pode dizer é que lamenta, e apresenta esse pedido de desculpas à CDU, pelo facto de não ter sido convidada. Depois, os Srs. Vereadores fariam o que bem entendessem relativamente à tomada de posição que achassem por bem tomar. -----

Fez-se aquilo que a igreja tinha solicitado, havia um espaço que estava devoluto, e pelas situações de carácter social que se atravessam, graves, a igreja já não tinha espaço para acondicionar alimentos que regularmente distribui a muitas pessoas. Aquele espaço é muito importante para esse efeito, e a única coisa que se fez foi, de facto, entregar naquele momento a chave ao Sr. Padre.-----

Não vê nada de mal, na medida em que noutras situações já se fez o mesmo, mas compreende este registo, pelo momento particular que se atravessa. Naturalmente que hoje se está mais sensível para estas coisas, e compreende isso, de qualquer modo houve falhas, que lamenta, e é o que pode dizer. -----

A Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso interveio, referindo, usando as palavras que o Sr. Vice-Presidente usou, que se anda nisto já há muito tempo, e o Sr. Vice-Presidente anda há mais tempo do que a própria, e já fez muito mais campanhas. Portanto, ninguém é inocente. Assim sendo, nada do que acontece é feito de forma leviana, até porque não é apanágio do Partido Socialista agir assim.-----

Todos devem ser um pouco honestos, uns para com os outros, e é nesse sentido que os membros da CDU apelam a que, de facto, situações destas não voltem a acontecer.-----

Acha bastante caricato, enquanto vialonguense, que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vialonga também não tenha sido convidado, e que no dia a seguir tenha sido enviada uma carta dizendo que por lapso dos serviços se tinham esquecido de convidar o Sr. Presidente da junta.-----

O espaço cedido é importante, não é isso que está em causa, aliás, foi aprovado por unanimidade neste órgão câmara municipal, mas alguém se lembrou, também só por acaso, de convidar a candidata do Partido Socialista. -----

Não são inocentes, e aquilo que apelam é que estas coisas sejam feitas de outra forma, porque não lhes parece correta a maneira como foi feito.-----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----  
ANIVERSÁRIO DA FREGUESIA DO SOBRALINHO-----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que os membros da CDU gostariam de questionar o executivo da câmara municipal, porque no dia do aniversário da freguesia do Sobralinho tiveram a oportunidade de ver uma apresentação da escola do primeiro-ciclo do Sobralinho, tendo a própria chegado a um ponto que não sabia onde estava, se era numa sessão solene, ou numa apresentação dos candidatos do Partido Socialista. Portanto, surgiu ali um clima um tanto ou quanto esquisito.-----

Contudo, como estiveram lá e não foi informado, nem aos próprios, nem à população, questionam quando começam as obras da escola do primeiro-ciclo do Sobralinho, que isso sim é certamente o mais importante, e é o que faz falta saber, aos membros da CDU e à população.-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que não esteve presente, mas sabe o que aconteceu, naturalmente. Estava em Peniche, em representação da câmara municipal, que foi convidada para assistir à defesa de tese de um aluno do Instituto Politécnico de Leiria, que tem um polo em Peniche, na área de marketing e turismo. O aluno é residente no concelho, e foi defender a tese "Turismo em Vila Franca de Xira", que foi interessante, tendo sido colocadas algumas questões.-----

Depois poderá fazer chegar o documento da tese, que o aluno teve a amabilidade de enviar, tanto a uma bancada como a outra, para verificarem algumas questões.- O júri deu-lhe oportunidade de se referir ao trabalho que tinha sido apresentado, há questões em que, de facto, não está muito de acordo, mas há outras ideias bastante importantes.-----

Por esse motivo não esteve no Sobralinho, não lhe parecendo que tenha havido intenção absolutamente nenhuma em termos eleitoralistas, de apresentar o projeto. Estava-se num momento de aniversário da freguesia, que infelizmente vai acabar, vai-se unir a outra, e ver-se-á o que o futuro reservará, de qualquer forma, a única coisa que se teve em linha de conta foi mostrar à população aquilo que se pretende fazer em termos de área escolar naquela freguesia.-----

A Srª Vereadora fez uma pergunta muito concreta, quando começa a obra, e está-se a tratar desse assunto, mas provavelmente não crê que este ano haja



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

A

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 019

Reunião de 2013/07/17

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

possibilidades de lançar a obra. -----

De qualquer modo o projeto já foi discutido, inclusivamente foi acolhida uma sugestão da CDU, para quando for possível ter-se também pré-escolar naquela escola.-----

Crê que terá sido somente isso, e não outra coisa.-----

A Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso interveio novamente, dizendo que os membros da CDU julgaram que as obras iam começar para o mês que vem, e era de facto importante, se comesçassem desde logo, que a câmara municipal, porque foram os técnicos que estiveram a apresentar o trabalho, e a própria junta de freguesia, desse como que uma “prenda” a quem se vê na última comemoração da passagem do Sobralinho a freguesia.-----

Coloca ainda em questão se se esteve a ver um projeto que francamente lhe fez lembrar um a que também assistiu já há uns anos atrás, nesse caso sem convite, mas em que esteve presente, porque soube, na Mata do Paraíso.-----

Levaram as pessoas para uma sala, no centro comunitário, o arquiteto mostrou o projeto, deu um folheto, e depois foram todos à mata, ficaram “maravilhados”, e também por coincidência era no ano eleitoral, mas é a antevisão do futuro. -----

Os membros da CDU esperam sinceramente que não aconteça à escola do Sobralinho o que aconteceu a este projeto, porque passados 8 anos ainda tem esperança que a levem novamente ao centro comunitário, com ou sem convite, para ver novamente o projeto, e pode ser que seja este ano, também por alguma coincidência. -----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----


Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----  
ÁREAS URBANAS DE GÉNESE ILEGAL - QUINTA DA PONTE, QUINTA DO ALFERES,  
QUINTA DO PINHAL-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, reportando-se à questão das AUGI, dizendo que muito recentemente os membros da CDU estiveram em contacto com os moradores das AUGI da Quinta da Ponte e da Quinta do Alferes, e tem a referir duas notas que os deixaram bastante preocupados, que lhes foram uma vez mais dadas a conhecer.-----

A primeira prende-se, naturalmente, com a incapacidade da câmara municipal em legalizar e reconverter urbanisticamente estas áreas. Assim, a primeira pergunta que se coloca é: qual é, mais ou menos, a perspetiva da câmara municipal, no sentido da regularização e atribuição dos respetivos alvarás para a emissão das posteriores licenças de habitação? -----

Depois, o que constatarem visualmente foi uma degradação que entendem absolutamente inaceitável, de todo o espaço que está integrado em domínio público da câmara municipal, ou seja, sobre a sua competência e manutenção. -----

Os passeios estão bastante degradados, com mato, as estradas em muito mau estado de conservação, e muito assustadoramente verificaram muitos lotes invadidos pelo mato. -----

Sobre esta última situação, de duas uma, ou a câmara municipal notifica os proprietários e disso dá conhecimento às administrações conjuntas das AUGI, no sentido de limparem o que lhes é por direito limpar, ou a câmara municipal, numa atitude diferente sobre essa matéria, substitui-se e envia-lhes a conta para o respetivo ressarcimento. O que sabem é que o momento climatérico que se atravessa é bastante propício para situações indesejáveis, e é isso mesmo que todos certamente querem evitar, designadamente nas áreas mal mantidas e conservadas, e invadidas pelo mato.-----

Nos contactos que tiveram com a população de Alverca, foi-lhes dado a conhecer pelos moradores da também AUGI Quinta do Pinhal, ou mais conhecida pelo Pinheiral, que se situa junto ao lugar das Areias, na fronteira da freguesia de Alverca com a freguesia vizinha de Vialonga, que ainda há um conjunto muito significativo de habitações que não dispõe de ligação à rede de saneamento.-----



Aliás, foram mesmo informados por esses moradores que não há sequer rede de saneamento construída no local, e que há no entanto uma promessa de regularização da situação, que já tem mais de 5 a 6 anos, por parte da câmara municipal, que estará eventualmente dependente da construção do centro comercial aprovado por esta câmara municipal. -----

Uma das ruas que visitaram que é, por exemplo, a que fica junto à linha do rio seco, tem cerca de 10 habitações, pelo que se se esperar pela construção do centro comercial para resolver problemas que são também da competência da autarquia, o melhor é arrear caminho e tomar uma outra atitude, no sentido de, conjuntamente com estes proprietários, resolver um problema que ainda persiste neste local da freguesia de Alverca. -----

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, referindo que o Sr. Vereador teceu algumas considerações de carácter político relativamente às AUGI, e sobre essa matéria poder-se-ia estar o dia todo a conversar sobre opções políticas tomadas à volta da reconversão dos clandestinos. -----

É muito crítico, há muitos anos, sobre a matéria, porque quando este processo terminar a câmara municipal, do erário público, vai investir muitos milhões de euros, já que daquilo que era o princípio que estava subjacente, com o qual concorda, criar condições para que as famílias mais frágeis socialmente tivessem possibilidades de ter habitação, nada disso aconteceu, ou em poucos clandestinos que foram reconvertidos aconteceu, existindo exemplos que reporta mesmo de escandalosos. -----

Todo esse princípio foi aviltado, tudo foi ultrapassado, e hoje há casas luxuosas com piscinas e corte de ténis em AUGI, e pensa que não foi para isso que foram criadas. Contudo, é uma apreciação pessoal, que nem vincula sequer o Partido Socialista, vincula o próprio. -----

De qualquer modo fez-se o trabalho que a autarquia tinha de fazer com as associações e, ao contrário do que o Sr. Vereador refere, o trabalho está muito adiantado. Poucas questões ficarão sem ser resolvidas, e solicitará à Engª Carla Alcobia que faça um breve historial de como se estava, como se está, bem como o que falta. -----

Naturalmente que até ao final do mandato se poderá fechar um ou outro processo,



mas não se conseguirão fechar todos, de qualquer modo foi feito um trabalho muito importante, diria mesmo notável, da equipa que está com este processo, e foi possível fechar muitas situações. Como habitualmente os Srs. Vereadores têm reparado, vão sendo entregues alvarás, e isso é sinónimo que situações de muitos anos têm sido resolvidas. -----

O Sr. Vereador falou especificamente numa AUGI onde os membros da CDU estiveram, em que verificaram alguma degradação em passeios, bem como lotes com mato, e aquilo que pode dizer é que, quando o Sr. Vereador diz que a câmara municipal se substitui aos proprietários, e que depois será ressarcida, em teoria é assim, mas a prática é outra coisa. -----

Recorda-se de uma situação que agora aconteceu, de um proprietário que está em Évora, em que já se pediu à Câmara Municipal de Évora para ser notificado, mas não foi possível, e fica-se num vazio, em que a única possibilidade é a câmara municipal se substituir aos proprietários. No entanto, também não lhe parece que seja justo, porque há centenas de lotes desses no concelho, e terá que se ter alguma cautela na parcimónia que se tem de ter nos investimentos que devem ser canalizados para outras situações que parecem mais prioritárias, do que estar a autarquia a substituir-se aos proprietários em limpezas de lotes, pois a obrigação de os ter vedados e limpos é dos próprios. -----

De qualquer modo compreende a questão colocada e a preocupação manifestada, e vai-se tentar ver com a associação desta AUGI o que se poderá fazer. -----

O Sr. Vereador colocou uma outra questão, da AUGI do Pinheiral, e de facto algo se tem de fazer rapidamente, na medida em que, na sua opinião, quanto à perspetiva do centro comercial que estava previsto para aquela zona, tendo em vista o arrefecimento da economia do país, não é tão depressa que vai avançar. -----

Havia uma perspetiva num determinado contexto, provavelmente já entrou numa fase de contraciclo económico, e não lhe parece que tão depressa o centro comercial venha a ser construído, e desta forma as questões do saneamento seriam resolvidas. Ter-se-á de encontrar, se for caso disso, uma situação provisória, e solicita aos Srs. Vereadores Fernando Paulo Ferreira e Conceição Santos, da administração dos serviços municipalizados, que numa próxima reunião do conselho de administração coloquem a questão, no sentido de encontrar uma



solução a breve trecho.-----  
Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, mencionando que o seu camarada, Sr. Vereador Nuno Libório, falou nos terrenos que eram necessários limpar, o Sr. Vice-Presidente disse, e muito bem, que é necessário chamar à atenção das pessoas que à câmara municipal fica muito cara a limpeza destes terrenos, que não são da sua responsabilidade, mas deve ver-se a situação dos terrenos que são da responsabilidade da autarquia. -----

Ainda há 15 dias a Srª Presidente fez o favor de anotar um terreno que é pertença da autarquia, na localidade do Sobralinho, e até agora as coisas estão na mesma. -- Quanto às linhas de água, os membros da CDU recebem queixas constantes da falta de limpeza das linhas de água. Ainda este fim de semana, e o Sr. Vice-Presidente e o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira estiveram lá, pelo que puderam observar "in loco", estava a ser feita uma descarga na ribeira da Fonte do Vale, e há descargas constantes na ribeira dos Mortais, em que, neste caso os SMAS foram fazer alguma intervenção, mas não sabe que tipo de intervenção foi, porque aquilo continua na mesma. -----

A ribeira da ICESA é responsabilidade da câmara municipal, todas são, mas continuam por resolver essas descargas ilegais, e também a própria limpeza, pelo que essas, que são da responsabilidade da autarquia, é de lamentar que não estejam a ser tidas em conta. -----

Prosseguiu, reportando-se, porque é também uma responsabilidade da câmara municipal, e uma preocupação da população que mora na zona da rua Reynaldo dos Santos, junto ao centro de saúde de Vialonga, à derrocada que existe há alguns anos, 3 ou 4, que continua por resolver, deparando-se agora as pessoas com infiltrações, que já estão a fazer com que os carros ganhem ferrugem nas garagens. Há uma série de problemas que são da responsabilidade da câmara municipal, que devem ser rapidamente resolvidos, e que são muito mais importantes do que ir à missa ao domingo de manhã, para fazer o que se fez. -----

Não é ir à missa ao domingo de manhã para ato o litúrgico, cada um vai as vezes que entender, e de vez em quando também vai, para limpar a alma, pois faz bem, mas de facto estas sim são as responsabilidades da autarquia, e é isso que deve ser feito. -----



Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que se dependesse dos membros da CDU e da sua vontade não haveria nenhuma AUGI no concelho de Vila Franca de Xira, nem em nenhum concelho do país. Aliás, não foi um problema criado pelos municípios, e todos percebem o que está na génese desse problema. -- Interveio o Sr. Vice-Presidente, questionando se o Sr. Vereador concorda com o que o próprio disse, quanto aos excessos. -----

Prosseguiu o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que os membros da CDU não partilham dessa visão, e registou com bastante preocupação a apreciação do Partido Socialista sobre as AUGI. Não partilham desse diagnóstico, e ficaram preocupados com a forma como o Sr. Vice-Presidente se referiu à problemática das AUGI, porque a câmara municipal, até por competência de lei, tem a responsabilidade da reconversão.-----

É uma imposição legislativa, mas só acontece, tem bom sucesso, completa-se e finaliza, se houver envolvimento de todas as partes, e o que o Partido Socialista fez de há 16 anos a esta parte foi demitir-se da sua responsabilidade, porque se tivesse assumido como sua a responsabilidade de reconverter e não liberalizar a responsabilidade, deixando para a iniciativa privada a resolução de muitos desses problemas, eventualmente teria encontrado problemas, mas o resultado hoje certamente seria bastante diferente. -----

Seguramente não foi intenção do município, nem de quem teve responsabilidades à época, o surgimento e instalação de áreas urbanas de génese ilegal, como o Sr. Vice-Presidente sabe. Contudo, o Sr. Vice-Presidente e o Partido Socialista tiveram também responsabilidades à época, e sabem bem o drama que se constituiu para a câmara municipal. -----

Acima de tudo, a preocupação da câmara municipal foi, é, e continuará a ser, assegurar as condições de urbanidade, entenda-se, luz, saneamento e água e, uma vez povoadas ou instaladas habitações nessas áreas, não poderia a câmara municipal permanecer insensível e distante em relação a esses problemas de qualidade de vida, e nalguns casos de salubridade e higiene públicas. -----

É disto que se está a falar, e o próprio, por exemplo, deu nota de algumas das AUGI cujos processos se arrastam há mais de 16 anos, e esperava que o Sr. Vice-Presidente quisesse falar um pouco sobre estas AUGI. Entendeu por bem não se



*[Handwritten signature]*

referir a elas, mas em relação àquilo que os membros da CDU já disseram, e para reforçar a preocupação que têm, o próprio dá conta de uma situação que parece não ser do conhecimento da câmara municipal. Quanto aos passeios, que são competência da câmara municipal, ou já estão no domínio da câmara municipal, e sobre os quais deve haver uma atenção de conservação, de duas uma, ou essa atenção não existe, ou pura e simplesmente não sabem o que é que constitui hoje o domínio público municipal, porque esses passeios, não só estão muito degradados, como em muitos troços estão invadidos pelo mato.-----

Referindo-se novamente os locais que a CDU identificou, falou na Quinta da Ponte, e na Quinta do Alferes, em que, como todos sabem, nem sequer existe estrada. São lances de terra batida, não há saneamento, há fossas, e as condições de salubridade são as que todos conhecem.-----

Quanto à Quinta do Pinhal, em Alverca, há uma AUGI que está dependente de um empreendimento comercial, e como o Sr. Vice-Presidente já disse, se não acontecer esse empreendimento a autarquia tem de arrear caminho, e é exatamente isso que os membros da CDU pedem, que a autarquia, sobre as AUGI, arreepe muito do caminho que tem vindo a traçar de há muitos anos a esta parte, porque se tiver como prioridade a resolução destes problemas, que são problemas urbanísticos, resolve um problema muito significativo do concelho de Vila Franca de Xira.-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, solicitando à Engª Carla Alcobia para fazer uma resenha do ponto de situação, lembrando uma coisa que o Sr. Vereador Nuno Libório sabe, que a responsabilidade da autarquia começa quando existem alvarás. Não tendo alvará, a câmara municipal ainda não tem condições, nem é da sua competência tomar conta do espaço público.-----

Tomou a palavra a Engª Carla Alcobia, dizendo, quanto à AUGI Quinta do Alferes, que a reconversão é da iniciativa dos proprietários. Há cerca de um mês houve uma reunião com a comissão e a equipa projetista, já que anteriormente tinha sido apresentado um projeto de loteamento em desconformidade com o PDM, em que se apontaram as situações que têm de ser alteradas, nomeadamente lotes em zonas que não são urbanas, e ficaram de apresentar nova proposta.-----

Será da responsabilidade dos proprietários fazer as infraestruturas, sendo pois as



obras de urbanização da responsabilidade dos interessados. -----

Julga que esta opção da reconversão ser da iniciativa dos interessados foi dos próprios, porque na altura houve AUGI que ficaram da iniciativa dos interessados, e outras da câmara municipal. No caso desta, julga que foi uma questão decidida pelos mesmos, e são eles os responsáveis pelo estudo de loteamento, depois pelas obras de urbanização, estando-se neste momento a aguardar uma nova proposta, que cumpra o que se prevê no PDM. -----

Relativamente à Quinta da Ponte, em fevereiro do ano passado o estudo de loteamento esteve em consulta pública, e nesta fase está-se em condições de aprovar o estudo, mas aguarda-se que se resolva a situação dos lotes suprimidos, que é o que a comissão está neste momento a fazer. -----



Segundo as indicações que lhe dão, estão-se a abordar as pessoas para chegar a um acordo, de maneira a que se possa resolver a situação, pois sem estar resolvida não se pode avançar para a emissão do alvará, além de que também se estão a fazer as escrituras de justificação, porque muitas das pessoas não têm documento de propriedade. -----

No que respeita ao Pinhal das Areias, já tem alvará de loteamento, a reconversão foi da iniciativa dos proprietários, há de facto a questão do esgoto, mas a AUGI tem alvará de loteamento, e verifica-se que, apesar de ter alvará de loteamento, existem ainda lá muitas construções ilegais, em que as pessoas não apresentaram ainda os projetos à câmara municipal, e não os quiseram legalizar. -----

No geral, nesta fase aguarda-se mais da parte dos interessados que resolvam as questões de propriedade, do que propriamente trabalho que se tenha por fazer, estando a autarquia neste momento muito dependente dos interessados, por questões na Conservatória ou fiscais, e há alvarás dependentes essencialmente disso. -----

Depois poderá enviar um ponto de situação do que falta, mas nesta altura está-se preso, na maior parte das vezes, pelos interessados. -----

Interveio o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, fazendo uma referência rápida quanto às linhas de água, mencionando que veio à câmara municipal, e crê que mereceu o voto favorável de todos os presentes, a adjudicação da limpeza das linhas de água do concelho, que aliás está a decorrer neste momento. -----

Ainda ontem teve ocasião de verificar e acompanhar a limpeza da linha de água na zona do parque de Santa Sofia, em Vila Franca de Xira, e seguem agora as restantes zonas de água do concelho, sendo esse um trabalho da competência da câmara municipal, que está em prosseguimento natural, habitual e, além disso, aprovado no executivo da câmara municipal, e portanto a mesma, no caso, está a cumprir plenamente as suas competências nesta matéria. -----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 028

Reunião de 2013/07/17

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

INTERVENÇÃO EM ENTRONCAMENTO NA EN10 – SOBRALINHO -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que há poucos dias os membros da CDU verificaram que houve uma pequena intervenção na EN10, no entroncamento junto à antiga fábrica da penteação de lãs, mais conhecida pela Fábrica da Figueira, na freguesia do Sobralinho, e eventualmente não é a intervenção definitiva, mas o que sabem é que para esse local e entroncamento em particular estava prevista a construção de uma rotunda, e a pergunta que fazem é por que é que não se avançou já para a construção da rotunda. -----

Há espaço bastante para a construção da rotunda, e questionam por que é que se gasta dinheiro duas e três vezes seguidas. Quando é que se acabam com os semáforos na EN10? Agora havia uma boa oportunidade para acabar com quatro dos semáforos que muito entopem esta estrada, que mais não é do que uma verdadeira procissão de carros, da Póvoa de Santa Iria até à Castanheira do Ribatejo, em qualquer hora do dia, infelizmente. -----

Portanto, não sabem se esta foi uma obra da responsabilidade da câmara municipal, e se foi, foi mal feita, foi precipitada, porque estava para ali aprovada uma intenção de construção de rotunda, e agora não sabem quando é que essa rotunda se construirá, mas certamente vão-se duplicar custos, e pensam que poderia ter sido melhor ponderado. -----

O Sr. Vice-Presidente tomou a palavra, mencionando que o Sr. Vereador Nuno Libório colocou uma questão sobre as obras na entrada para a aldeia do Sobralinho, e há dois equívocos. A primeira é que não há espaço naquele entroncamento para construir uma rotunda. Depois, a rotunda não era para ser construída ali, mas no cruzamento do bairro do Torrão, mais à frente, o que permitiria fazer inversão de marcha e evitar os movimentos à esquerda. A rotunda não era ali, era uns metros mais à frente, no outro cruzamento a seguir. -----

É evidente e verdade que o Sr. Vereador tem razão quando diz que se devem procurar soluções de rotunda para retirar a semaforização da EN10, sendo que existe um plano, que já foi colocado à consideração da Estradas de Portugal, neste caso em Alverca, desde a ponte da Silveira até à rua da Estação, que está considerada um dos pontos negros na Área Metropolitana de Lisboa, estando em



todos aqueles cruzamentos prevista a construção de rotundas. Contudo, no local que o Sr. Vereador falou não está, está sim no cruzamento do bairro do Torrão.-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, para dizer que os membros da CDU não estão equivocados sobre a penteação de lãs, sendo que, provavelmente, o Sr. Vice-Presidente não estará recordado da situação de que agora vai dar conta.-----

Quando foi instalado o semáforo, os membros da CDU colocaram a preocupação do porquê um semáforo, e não uma rotunda, e a justificação que foi dada, e está a falar, seguramente, de 3, 4 ou 5 anos, pois aquele semáforo estará ali não há muitos anos, foi que era fundamentalmente para prevenir problemas de sinistralidade rodoviária para quem entra e sai na freguesia do Sobralinho, naquele entroncamento em particular, até como medida provisória enquanto não se construísse a rotunda. -----

Foi o que foi dito em reunião de câmara, e solicita que possa fazer mais uma insistência, porque há lá terreno, designadamente em frente, no perímetro industrial da antiga fábrica da penteação de lãs, tendo, naturalmente, que se fazer ali algumas alterações e correções, bem como reperfilamentos da EN10. -----

Contudo, como já viram ser construídas rotundas em tempo recorde, como a que foi feita para o hospital novo de Vila Franca de Xira, construindo-se num sítio onde não havia estrada, seguramente não será por razões de natureza técnica que não haverá condições para fazer essa rotunda, também à entrada norte da freguesia do Sobralinho.-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----  
CONSERVAÇÃO DAS MATAS DA SUBSERRA E DA QUINTA MUNICIPAL DO  
SOBRALINHO -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que os membros da CDU perguntam se a câmara municipal atendeu às preocupações que têm relativamente à conservação das matas da Subserra e da Quinta Municipal do Sobralinho, que são matas com uma extensa mancha arbórea, muito estimadas pelas respetivas populações locais, e da última vez que visitaram as quintas constataram alguma falta de zelo e de manutenção. -----

Gostariam de saber se entretanto essas situações já foram corrigidas, se a câmara municipal dispõe de algum meio para intervir, no sentido de avançar para essa limpeza e conservação, antes de se entrar no momento de verão mais quente. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, mencionando que há uns anos, naquelas matas, nos terrenos que pertencem às quintas, e que são públicos, foram feitos trabalhos, inclusivamente no palácio do Sobralinho, onde há um grande olival a tardoz. Tudo isso foi limpo, foi tratado, e também foi feito na Subserra. -----

Desta forma, presume que esse trabalho seja feito com alguma regularidade, mas o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira o dirá. -----

O Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira interveio, dizendo que efetivamente é uma preocupação da câmara municipal o tratamento das suas zonas verdes. As matas não são muito frequentadas, na medida em que, sobretudo a do Sobralinho é muito íngreme, mas merecem um tratamento de limpeza, e já este ano foi feita, não só na mata do Sobralinho, como na de Subserra, pelos serviços da câmara municipal, como é habitual, e inclusivamente foi pedido apoio a entidades externas, nomeadamente bombeiros, que colaboraram com a autarquia no início do ano, na limpeza e desmatagem destas áreas, que, conforme o Sr. Vereador também disse, são áreas muito grandes, obrigam a uma manutenção regular, e tem-se estado atento a essa matéria. -----  
-----  
-----  
-----

*Am*  
*[Signature]*

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----  
OBRAS DE DEMOLIÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE TERRAS NA EN10 – ALVERCA DO  
RIBATEJO -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que na EN10, em Alverca do Ribatejo, os membros da CDU constatarem visualmente obras de demolição de alguma envergadura na proximidade ao comércio de automóveis na entrada norte de Alverca, e eventualmente está-se a falar da Quinta do Cochão, ou uma das quintas que faz fronteira com aquela que é a chamada Azinhaga do Adarse.-----

Não identificaram nenhuma placa de informação urbanística, nota-se que é uma obra de alguma envergadura, pelo movimento de máquinas que está instalado no local, e gostariam de saber se a câmara municipal pode informar do que se trata, e do que é que efetivamente foi aprovado para esta área da EN10.-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que efetivamente há uma pretensão, que se tem vindo a tratar, na zona onde o Sr. Vereador refere um movimento de terras. Foi aprovada uma pretensão, a construção de uma superfície comercial da ALDI, e está-se na fase final de alguns documentos que as pessoas ficaram de entregar. --- Aquilo que pode dizer é que se tem de estar atento às possibilidades económicas que vão surgindo, e muito ou poucos postos de trabalho, sempre se vão criando alguns. Sobre essa matéria pode-se falar, porém, apareceu esta possibilidade, e não se poderia, de modo nenhum, deixar de considerar, sendo que quanto às questões de mercado e estudos de mercado que são feitos, as próprias empresas certamente verificam quais os locais que mais lhes interessam, em termos de negócio.-----

Todas estas matérias estão mais que estudadas, e à câmara municipal compete verificar se a operação urbanística em si tem as condições para o efeito, como o local e outros requisitos, sobretudo as questões de acessibilidade.-----

Nesse sentido, na zona da Quinta do Forno, e também na entrada e saída da Azinhaga do Adarse, até mais ou menos ao meio, vai-se alargar e construir uma rotunda que possibilitará a entrada e saída da Azinhaga, bem como os movimentos que hoje são ali feitos com alguma dificuldade. A rotunda já estava prevista no plano de que há pouco falou, mas a imposição que a câmara municipal colocou à ALDI foi de que só seria aprovada a pretensão se construísse ali uma rotunda, para



facilitar os movimentos na zona. Portanto, pensa que em breve poderá começar a construção da rotunda. -----

De qualquer modo, o que foi aprovado foi a possibilidade da empresa começar a fazer movimentações no terreno, limpeza e questões desse género, até para poder fazer os levantamentos topográficos e outro tipo de trabalhos. -----

É o que pode dizer, estando disponível para fazer chegar o desenho da operação urbanística. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que nada move os membros da CDU em relação a novas superfícies comerciais, sejam deste grupo económico ou de outro qualquer, o que lhes parece estranho é que possa haver uma convivência pacífica entre tantos grupos comerciais de média e grande dimensão numa só freguesia, como também lhes parece estranho que a câmara municipal não tome uma posição política sobre essa matéria. -----

Está-se só ainda a falar dos que estão em atividade, para além dos que já estão aprovados, esquecendo-se, ou não, a câmara municipal, que todas as vezes que abre mais uma superfície comercial deste tipo se esmaga ainda mais o comércio tradicional, os mercados. -----

Quando se fazem as contas que são mais uns postos de trabalho, são bem-vindos, mas seguramente, ao mesmo tempo são outros postos de trabalho que ficam ameaçados. -----

Tem de haver algum equilíbrio no meio de tudo, e parece, sinceramente, que a câmara municipal, sobre esta matéria, pauta-se por uma ausência de opinião sobre a matéria. -----

Em Alverca do Ribatejo está-se seguramente a falar da freguesia do país com maior quantidade de metros quadrados de superfícies comerciais desta natureza, e não está a falar da região. Está a falar do país, e é caso para perguntar qual é o centro comercial que vem a seguir, ou qual o grupo comercial que faz falta. -----

Quando alguém possa dizer que há que retirar partido das acessibilidades, ou da localização privilegiada desta ou doutras cidades do concelho, é não querer ver a realidade, pois falar de acessibilidades no concelho, é falar de procissões de automóveis, e verificar como são feitas as entradas e saídas para esses estabelecimentos comerciais, e a confusão que se gera a mais sobre a já





Deliberação nº \_\_\_\_\_

Portanto, têm muitas dúvidas de que a câmara municipal se mantenha com esta posição acrítica sobre esta matéria.



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 034

Reunião de 2013/07/17

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----  
BURACO NA RUA DIAMANTINO DA SILVA FREITAS BRÁS – QUINTA DO FORNO –  
ALVERCA DO RIBATEJO-----

Interveio o Sr. Vereador João de Carvalho, reportando-se a uma questão abordada na reunião anterior, pois já passaram 15 dias, e tem-se vindo a deteriorar, uma cratera que existe na Quinta do Forno, ao topo das escadas, na rua Diamantino da Silva Freitas Brás, ou antiga rua Projetada à Quinta do Forno, em Alverca do Ribatejo, tendo inclusivamente os membros da Coligação Novo Rumo fotografias.---  
O buraco continua cada vez maior, e apesar de não ser inverno, ou das chuvas que caíram nos últimos dias não terem sido preocupantes, desta vez, neste momento, já está uma conduta de gás demasiadamente à vista. A questão tem 15 dias, mas a situação tem mais tempo do que isso.-----

Não está hoje presente o Sr. Vereador Vale Antunes, de qualquer maneira reforça a preocupação dos membros da Coligação Novo Rumo em relação a este buraco, porque é enorme, e pode ser um perigo, até para as pessoas. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, mencionando que o Sr. Vereador falou numa situação que preocupa a câmara municipal, naturalmente, que é a cratera na Quinta do Forno. -----

Tem-se vindo a analisar o processo, a proprietária do terreno já foi notificada várias vezes, sem sucesso absolutamente nenhum. Neste caso não se trata de mato nos lotes, é uma questão de grande perigosidade que ali está, que tem de ser resolvida. -----

Nesse sentido, os SMAS estão a analisar. Não crê que seja gás, é, isso sim, uma conduta de água que já está a deformar-se, estando os SMAS a analisar a forma de conter e reposicionar a conduta. Depois, todo aquele buraco vai ser cheio, e vai-se colocar uma zona de passadiço, para as pessoas passarem com alguma facilidade.-  
Presume que este trabalho, que tem de ser feito com algum cuidado, por causa das infraestruturas que ali estão, possa começar para a semana que vem.-----  
-----  
-----  
-----  
-----


Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

EB 1 Nº 3 DO BREJO – ALVERCA DO RIBATEJO -----

Interveio o Sr. Vereador João de Carvalho, reportando-se à EB 1 nº3 de Alverca do Ribatejo, que é a escola do Brejo, pertencente ao agrupamento Pedro Jacques de Magalhães, dizendo que tem havido algumas notícias contraditórias, no sentido desta escola ir funcionar, efetivamente, no próximo ano. -----

Sabem os membros da Coligação Novo Rumo que este ano esta escola ainda está a funcionar, ou irá funcionar com o 4º ano, mas foi-lhes dito que provavelmente iria abrir uma turma de 1º ano. -----

Desta forma, gostariam de saber qual é, no fundo, a situação desta escola básica, se vai continuar, ou se vai abrir uma nova turma, pois se abrir uma nova turma, pelo menos por mais 4 anos será. -----

Esta escola, a determinada altura, tinha sido pedida por uma associação que tinha alguma necessidade daquele tipo de instalações, mas é evidente que se funcionar como escola, a associação terá de procurar outro espaço para exercer as suas funções.-----

Interveio o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, dizendo que talvez na próxima reunião de câmara consiga trazer já uma informação mais fechada sobre essa matéria, uma vez que as inscrições terminaram há relativamente poucos dias, não tendo ainda, por parte dos agrupamentos, o levantamento completo relativo às inscrições, com exatidão. -----

De qualquer das maneiras, a perspetiva que havia é que não teria havido inscrições suficientes para a abertura de turma, o que significa que ficará, à partida, uma turma não completa, ainda por cima sozinha.-----

Caso se venha a confirmar, sabe-se também que a diretora está em contacto com os pais, no sentido de perceber que escola de acolhimento daria mais jeito às famílias, uma vez que há ali escolas ao pé.-----

Para a próxima reunião de câmara deve ter informações mais detalhadas sobre o conjunto do parque escolar, tendo em conta o finalizar das inscrições, mas, de facto, a perspetiva aparentemente será essa, e ver-se-á se se concretiza ou não.----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----  
COMÉRCIO NA RUA ALMIRANTE CÂNDIDO DOS REIS – VILA FRANCA DE XIRA-----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, referindo que se congratula, e pensa que será uma congratulação unânime, por se estar agora a constatar, felizmente, que a rua Almirante Cândido dos Reis, em Vila Franca de Xira, está novamente, pouco a pouco, a voltar a completar-se com comércio.-----

Esta rua sempre foi uma das artérias mais conhecidas e fortes em termos de comércio, volta a ter casas abertas, que regressam à rua, ao centro comercial na rua, casas que estavam até ocupadas noutros sítios, nomeadamente no centro comercial. -----

Tem pena que o centro comercial esteja nas condições que se conhecem, mas, por outro lado, realça o facto de a rua começar a estar mais preenchida, evitando as casas de comércio fechadas. Ultimamente foram três, de que se recorda, que voltaram a estar abertas, e é congratulante para a vida local e para o movimento comercial. -----

Assim, pergunta se a câmara municipal não podia ajudar, embora o momento não seja dos melhores e mais apetecíveis, em termos de investimento e de tudo o mais, no sentido de que tudo o que se puder fazer poderá ajudar a que alguma coisa mais se faça. -----

Questiona até que ponto a câmara municipal podia ajudar, embora não sendo necessário envolver muitos meios, sendo que em tempos falou-se numa cobertura para evitar o calor e o sol durante certos momentos do dia, e se seria oportuno encarar ou estudar a hipótese de, com um pequeno investimento, dar condições a que essa rua volte a ser bastante identificada de Vila Franca de Xira, com todas as condições para que o comércio possa ter atratividade para se instalar. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, mencionando que é, de facto, uma boa notícia, e aquilo que pode dizer é que se poderão encontrar vários fatores de animação, para que as pessoas frequentem a rua. -----

Provavelmente outros horários, outras situações que possam ir ao encontro das necessidades das pessoas, e pensa que é por aí que se conseguirão ter mais lojas abertas, em contraponto com aquelas que vão fechando. Para isso julga que é muito importante uma interligação com a associação que representa os

*[Handwritten signature]*

comerciantes, que é a ACIS, e é isso que se vai fazer, porque certamente a ACIS tem também, para além da sugestão dada, outras, em que a câmara municipal deve pensar, e se forem possíveis de implementar, naturalmente que sim. Há diversas questões de dinamização que podem ser postas em prática, mas crê que numa relação muito estreita com a ACIS. -----

Com a sugestão que o Sr. Vereador deu quase que se ficava com um centro comercial ao ar livre, e há já outras situações no país onde aconteceu isso, pelo que não é invenção nenhuma, é só copiar aquilo que é bem-feito, e com essa analogia também possibilitar que as pessoas façam as compras com melhor comodidade.-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----  
ALAGAMENTO NAS INSTALAÇÕES DA ANTIGA EMPRESA VASSALO – VILA FRANCA DE  
XIRA-----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo souberam que em finais de abril, até por iniciativa da CDU, a nível da assembleia de freguesia, foi votada uma moção sobre o constante alagamento das instalações da empresa Vassalo.-----

Recentemente passaram por lá, viram que efetivamente continua a haver lá água, embora não já com a quantidade que chegou a existir, mas continua a não ter saída, inclusivamente têm sido agora lá depositadas terras, pensa que do desaterro do Monte Gordo.-----

A água só sairá através de bombas, e gostariam de saber se a câmara municipal pensa atuar, embora possa ser uma empresa de propriedade privada, já que a situação poderá afetar a saúde pública. Gostariam de saber se tem algum conhecimento ou ideia de acelerar, para que aquela água que se encontra ainda lá retida possa desaparecer rapidamente, antes que venham novamente as chuvas, e que possam proporcionar o mesmo, dando ao mesmo tempo consolidação às terras, para evitar que qualquer dia comece a ficar um lamaçal enorme.-----

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, mencionando que havia um espaço em que as marés eram reguladas através de comportas e bombas, mas desde que a empresa Vassalo fechou esse trabalho perdeu-se, tanto mais que a própria pessoa que o fazia já não está ao serviço, sendo que as bombas e comportas deixaram de funcionar.-----

O que se fez, e vai-se continuar a fazer, é aproveitar o trabalho que se fez na contenção do talude da encosta de Santo Amaro, para depositar ali as terras. -----

Da primeira fase parte das terras está lá, o resto irá para lá também, e desta forma conseguir-se-á que aquele espaço deixe de ser insalubre, como é neste momento, apesar de se verificar que a área, que era um autêntico lago, já é bastante menor. -  
-----  
-----  
-----  
-----

*Handwritten initials/signature*

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----  
INAUGURAÇÃO DA NOVA ZONA RIBEIRINHA DA PÓVOA DE SANTA IRIA-----

Interveio o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, aproveitando para se reportar a uma questão de sustentabilidade e de natureza, convidando os presentes a participarem, a partir de sábado de manhã, na inauguração da nova zona ribeirinha da Póvoa de Santa Iria, que efetivamente tem um conjunto de preocupações ambientais muito fortes, e para a sustentabilidade, bem como visitar o novo núcleo museológico da Póvoa de Santa Iria, que tem um acervo patrimonial muito interessante, que merece visita, e, por outro lado, um centro ambiental, sobretudo voltado para as crianças, que também permite uma abordagem completamente diferente da relação com o Tejo. -----

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata ▾ 040

Reunião de 2013/07/17

CAPÍTULO: ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL





Deliberação nº **768**

01.ata 14



Assunto: BARCO VARINO LIBERDADE – RELATÓRIO DA INSPEÇÃO -----

Presente para conhecimento o relatório da inspeção efetuada ao Barco Varino Liberdade, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -  
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que os membros da CDU leram com a devida atenção o relatório, e portanto têm uma proposta para colocar à consignação da câmara municipal, no sentido de que se criem as condições necessárias e os dispositivos legais correspondentes para abertura do procedimento para a reparação do barco. Na humilde opinião que têm, já não há outra volta a dar. -----

Não há ainda uma estimativa de orçamento, naturalmente que esse orçamento terá que ser pedido antes da preparação do caderno de encargos, seguramente é uma intervenção que exigirá algum esforço financeiro do município, mas mais caro é, e maior prejuízo se torna, não usufruir do barco enquanto estrutura patrimonial de relevância para o concelho de Vila Franca de Xira e para as comunidades ribeirinhas. Portanto, a proposta que deixam para se considerar como decisão no âmbito do relatório é a da abertura de todos os procedimentos com vista à reparação do Barco Varino Liberdade.-----

Interveio o Sr. Vereador João de Carvalho, referindo que estarão todos de acordo, estando-se a falar, para já, de uma reparação que, em início, é falada à volta dos 50 000,00€, que é dinheiro, mas aos membros da Coligação Novo Rumo não se coloca a questão se vale ou não a pena. Claro que vale a pena, é o ex-líbris desta cidade, é o embaixador em termos turísticos, podendo e devendo viabilizar-se a reparação o mais rápido possível.-----

Prosseguiu, dizendo que houve erros, que serão dificilmente possíveis de remendar porque já passaram 10 anos, e estes 10 anos implicavam um contrato. Esta reparação foi feita longe daqui, e o contrato com a empresa, que já não existe, implicava que teria de haver uma inspeção todos os anos. Implicava que o barco, todos os anos, teria que subir a costa até acima, a Vieira de Leiria, pois pensa que foi aí que foi feita a reparação, e teria sido inspecionado na própria empresa, o que nunca aconteceu.-----

A verdade é que foram colocados materiais que não eram materiais nobres para esta construção, principalmente no casco e nas cavernas, tanto exterior como



interior, sendo o caso da betonagem um caso de mau trabalho.-----  
Pareceu-lhe muitíssimo bem-feita esta inspeção da parte deste técnico, oficial da Marinha, e a opinião da Coligação Novo Rumo será, em qualquer das questões, que se gasta às vezes tanto dinheiro inútil, mas este é muito útil, e terá com certeza a aprovação dos seus membros, de avançar para esta reparação em condições, para aquele que é um ex-líbris da cidade.-----

Considera ainda que não deve haver dúvidas, se por acaso não se tomar esta atitude, que alguém iria ficar logo com o barco, e não se pode perder.-----

O Sr. Vice-Presidente interveio, dizendo que, de facto, tem-se um relatório, que lhe parece muito bem feito, dizendo-se, a breve trecho, que foram aplicadas algumas madeiras que foram o remanescente daquilo que foi a reparação da fragata D. Fernando II e Glória, tendo a Armada ali um problema tremendo, e nem é a Armada, é a Caixa Geral de Depósitos, porque a fragata já não sai de onde está, de maneira que se as tábuas foram as mesmas, está explicado o problema. -----

Interveio o Sr. Vereador João de Carvalho, mencionando uma nota de alegria, em relação à fragata D. Fernando, que gostaria muito de ver inteira. Um seu familiar, que foi o seu avô, como esteve 15 vezes preso na fragata D. Fernando, por ser monárquico, e com água pelos joelhos, às vezes até mais alto, porque ela esteve muito tempo fundeada no meio do rio Tejo como navio prisão, no tempo da primeira República, estaria com certeza a exultar que se afundasse definitivamente, apesar de, nesta altura, o próprio ter uma opinião contrária.-----

Ela pertence ao património, como tal, deveria ter sido muito bem reparada, o que não foi, sendo que nem dá para colocar a mastreação, porque o cavename não aguenta um mastro daquela envergadura. Não sabe quem foram os técnicos navais que fizeram aquela reparação, pois foram buscar o pior que ela tinha, que era o que já vinha podre, o que é uma coisa extraordinária para reparar. Poderiam ter ido buscar as madeiras de carvalho oleadas retiradas da CP e das linhas de comboio, essas sim que tinham capacidade de durabilidade, já que ainda hoje as fábricas de reparação de móveis estão a utilizar tudo isso, e compravam tudo. -----

O Sr. Vereador Aurélio Marques interveio, dizendo que em princípio todos estão de acordo com a recuperação, mesmo o Partido Socialista, que é do executivo camarário, pois é um dado adquirido que o varino tem de ser recuperado. Contudo,



interroga-se, e não põe em causa por que é que se pediu ao perito para ir ver, acha que é justo, o executivo socialista tinha algumas razões para isso, quando o barco já está há tanto tempo nos estaleiros, e há tanto tempo a degradar-se, por que é que não foi pedido um orçamento à pessoa do estaleiro. Se foi, por que é que não se avançou para essa solução. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que foi pedido o orçamento, e por ter um valor tão avultado é que se pensou, uma vez que se fazem reparações, não com estas necessidades, mas têm-se feito com alguma regularidade, e que foi feita a reparação, em que o barco até foi cortado ao meio, foi para Aveiro, uma obra de reparação naval importante, que era suposto que nesta altura não acontecesse uma situação destas. -----

Também se diz que é devido ao facto do barco estar muito tempo em água doce, que é tremendamente complicado para as embarcações, o que quer dizer que o barco deveria ir pelo menos duas vezes por ano ao mar, à água salgada. Não sabe se foi por isso ou não, não faz ideia, o facto é que o relatório diz claramente o que é que aconteceu e, independentemente de agora não haver condições de aprofundar ou pedir responsabilidades, concordam, tanto a CDU como a Coligação Novo Rumo, que o que importa agora fazer é reparar o barco. -----

Quanto vai custar, não se sabe, há uma perspetiva no relatório, mas se calhar até é mais, só que também tem que se pensar muito bem nestas coisas, na medida em que há muitos municípios ribeirinhos que têm barcos tradicionais, e que também estão encostados, porque não é só a reparação, é a tripulação e tudo o mais, que tem um custo avultado. -----

De qualquer modo, como já foi referido, é um serviço público, é um museu, é um património importante, que se deve preservar. Teve-se este contratempo, já se analisou, já se aprofundou, agora chegou a altura de se avançar com os procedimentos para reparar o barco, e estão todos de acordo. -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, perguntando se se vão seguir os procedimentos para pedir um orçamento ao estaleiro para a construção do barco. -- Depois, com um pouco de humor, espera que no futuro, se o barco for reparado, como se disse que tem de ir pelo menos duas vezes ao mar, não se siga aquela história de “não vás ao mar Toino”, do rancho da Nazaré, e que pelo menos,



Fl. Ata 045

Reunião de 2013/07/17

Proc<sup>o</sup>

Deliberação nº

quando o barco for reparado, vá pelo menos duas vezes ao mar. \_\_\_\_\_

O Sr. Vice-Presidente respondeu, dizendo que se seguirão as medidas normais.-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que é preciso ter alguma prudência, porque o relatório identifica um conjunto de patologias que nada tem a ver com a água doce ou a água salgada, tem a ver com a madeira e os materiais, ou, por exemplo, com a estopa, a falta desta, e a falta de impermeabilizante.-----

Não percebe muito da coisa, mas olhou para o relatório e pensou que a câmara municipal, de facto, deve olhar para quem fez este trabalho e pedir-lhe alguma justificação pelo que não fez. Se pagou para estar bem feito, e se se constata exactamente o contrário, há um grau de responsabilidade que não cabe dentro da competência da câmara municipal. Porém, pelo que se sabe, a empresa já não existe, ou se existe está num processo de insolvência, pelo que se deve ir por partes, o que importa é que o barco não meta mais água e se repare. -----

Tomado conhecimento,-----

## 02.Barco Varino

Assunto: REGULAMENTO PARA A ATRIBUIÇÃO DE ESTÁGIOS PELOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE VILA FRANCA DE XIRA – VERSÃO FINAL -----

Presente o processo instruído com deliberação tomada pelo Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento em 2013/07/10, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação do Regulamento para a Atribuição de Estágios pelos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Vila Franca de Xira, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei.-----

Deliberado, por unanimidade, aprovar o Regulamento para a Atribuição de Estágios pelos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Vila Franca de Xira.-----

CAPÍTULO: DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E  
REQUALIFICAÇÃO URBANA

*[Handwritten signature]*

1. Assunto: RELAÇÃO DE ATOS DA COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL  
DELEGADOS E PRATICADOS PELO SR. VICE-PRESIDENTE -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 266/13, de  
10/07, do DGUPRU/SAP, para conhecimento dos atos praticados pelo Sr. Vice-  
Presidente, no período compreendido entre 2013/06/26 e 2013/07/09, respeitantes  
a licenciamentos de obras particulares "construção/utilização".-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 266/13, de 10/07, do  
DGUPRU/SAP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da  
ata.-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: Nº 3, do artº 65º, da Lei nº 169/99, de 18 de  
setembro. -----  
-----
6. Propostas:-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----





1. Assunto: VISTORIA PRÉVIA – AV. 5 DE OUTUBRO, Nº 1 – ALVERCA DO RIBATEJO-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação técnica nº 325/13, de 04/07, do DGUPRU/DF, para aprovação do auto da vistoria prévia levada a efeito na av. 5 de Outubro, nº 1, na freguesia de Alverca do Ribatejo, solicitada por Rui Sérgio Pão Mole Cardoso. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexam-se informação técnica nº 325/13, de 04/07, do DGUPRU/DF, e auto de vistoria prévia, datado de 2013/06/28, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata.-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que decorreram 2 meses entre o despacho do Sr. Vice-Presidente e a vistoria. Lembra-se que em tempos já foi muito mais, noutros casos muito menos, sendo que essa questão foi falada e pensa que houve um esforço dos serviços em reduzir. -----  
Não vai dizer se é muito ou pouco, mas queria sensibilizar para que o tempo entre o despacho e a vistoria fosse reduzido. Se a memória não lhe falha, na altura foi dito que eram os serviços e que havia muito trabalho, mas pergunta, sem estar a fazer juízos de valor, qual é a possibilidade destes prazos serem reduzidos, e se é norma serem 2 meses. -----  
Tem visto, nas reuniões preparatórias que a CDU faz de análise dos pontos, mesmo não vindo à reunião de câmara, que na maioria das vezes, para não dizer todas, deixou de vir a data do despacho, só vem a da vistoria. Isto também não é uma crítica ou qualquer processo de intenção, mas pensa, se a memória não lhe falha e se leu bem, que tem sido assim. Agora veio este despacho com 2 meses, razão pela qual gostaria de saber se é norma serem 2 meses e se há possibilidade de ser


menos tempo. -----  
Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que a preocupação dos membros da Coligação Novo Rumo vai no mesmo sentido, passaram 3 meses após o requerimento do particular face ao dia em que foi feita a vistoria, para não referir o tempo que leva a chegar a reunião de câmara, mas neste caso até foi apenas cerca de 20 dias.-----

Desde o momento que o particular entregou o requerimento e em que foi feita a vistoria passaram 3 meses. É uma preocupação que têm manifestado, como também os membros da CDU, ao longo das reuniões de câmara onde aparecem estes autos de vistoria, e de facto não sabem que medidas o Sr. Vice-Presidente pode tomar, ou quais as modificações que pode fazer, mas consideram que é tempo a mais e às vezes até pode não servir os interesses do particular que solicita a vistoria, face ao período decorrido. -----

O Sr. Vice-Presidente interveio, mencionando que efetivamente deu instruções aos serviços, e existe uma norma, havendo um prazo para que as vistorias sejam feitas e para que as mesmas, se for caso disso, venham a reunião de câmara. -----

Não sabe se o Sr. Diretor do Departamento de Gestão Urbanística, Planeamento e Requalificação Urbana tem alguma informação quanto à razão por que esta situação não foi cumprida de acordo com as instruções internas, mas o próprio vai analisar porque, efetivamente, aquilo que já referiu, mais do que uma vez, é que é tempo demais para o efeito. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----

1. Assunto: VISTORIA TÉCNICA – RUA 2 DE ABRIL, Nº 56 – SANTA SOFIA – VILA FRANCA DE XIRA -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação técnica nº 326/13, de 04/07, do DGUPRU/DF, para aprovação do auto da vistoria técnica levada a efeito na rua 2 de Abril, nº 56, Santa Sofia, na freguesia de Vila Franca de Xira, solicitada pela Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexam-se informação técnica nº 326/13, de 04/07, do DGUPRU/DF, e auto de vistoria, datado de 2013/07/03, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que, como não teve possibilidade de se deslocar ao local, e como a vistoria foi feita no próprio dia em que foi solicitada, o que acha muito bem, pelas questões de segurança que se punham, gostaria de saber se o edifício já foi demolido. -----  
Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, mencionando que os membros da Coligação Novo Rumo ficaram com as seguintes dúvidas: -----  
Não se lembra em que parágrafo, mas é dito que face à urgência não se efetua a audiência prévia do particular proprietário do prédio. Não sabem se o Sr. Vice-Presidente neste momento tem a informação devida, mas gostariam de saber se este é um processo que já vem de há algum tempo, se o particular alguma vez se manifestou, e em que sentido. -----  
Gostariam ainda de saber se efetivamente esta demolição, a ser feita, irá ser cobrada ao particular.-----  
Interveio o Sr. Vice-Presidente, informando que o proprietário, que nem reside no

concelho, inclusivamente reside fora do país, foi notificado várias vezes no sentido de proceder à demolição da construção em causa. Isso não foi possível, pelo que avançou-se para esta vistoria, tendo em vista a tomada de posse administrativa do edifício e avançar-se com a demolição. -----

Neste momento o Dr. Fernando Barreiros está a tratar deste processo e poderá complementar o que está a dizer, no sentido de que no mais breve espaço de tempo, se possível amanhã, embora isso não seja possível, mas em poucos dias a demolição estará concluída, porque, de facto, embora não seja técnico, há coisas do bom senso e que apenas ao olhar se verificam que estão em perigo. -----

Na avaliação feita pelos técnicos na vistoria efetuada, como aliás é referido, o prédio apresenta sinais de derrocada, não sabe se é iminente, mas apresenta sinais de que não aguentará um inverno e uma pluviosidade intensa.-----

Uma vez que naquela zona passam muitas pessoas e muitos carros, foi feito um pequeno desvio, não só para a circulação pedonal, como rodoviária, e espera que para a semana os procedimentos já estejam concluídos, para se avançar com a demolição da construção e deixar de existir aquele perigo.-----

Interveio o Dr. Fernando Barreiros, informando que o proprietário reside em São Tomé e a empresa é a Limpok. O próprio falou com o senhor e alertou-o para a situação, sendo presente o auto de vistoria precisamente para a câmara municipal aprovar a demolição, porque a mesma tem de ser precedida de vistoria. -----

Não se vai fazer a audiência do interessado, o convite e o caderno de encargos já estão preparados para se convidar uma empresa, nos termos habituais, sendo uma competência da Srª Presidente, e vão ser dados 10 dias para o proprietário demolir voluntariamente. Se o proprietário não demolir, a câmara municipal tomará posse administrativa e logo que o procedimento esteja concluído, no âmbito da empreitada, será demolido.-----

Em princípio, espera-se que no início de agosto a construção esteja demolida.-----

Interveio o Sr. Vereador João de Carvalho, referindo-se, em complemento, a uma situação também um pouco assustadora, porque já passa algum tempo, na rua Manuel Arriaga, onde todos passam várias vezes, de um prédio que está ao lado, ou muito perto, das Sevilhanas.com. Todos os dias se veem mais "calhaus" no meio da rua, por muito que a câmara municipal tenha feito uma vedação. -----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_  
Fl. Ata " 054 "  
Reunião de 2013/07/17  
Procº 11/96 GENERI  
Deliberação nº \_\_\_\_\_

Pergunta se foram feitas algumas diligências em relação àquele prédio, o que é que a câmara municipal sabe ou não sabe, porque este prédio está no centro, tal como outro que está na rua 1º Dezembro, junto ao caminho que vai para a rua da Praia.-----

Aquela é uma situação de anos e o prédio vai-se demolindo sozinho, mas estas situações às vezes podem trazer problemas. Basicamente a sua preocupação está no facto de quem passa lá ao pé poder não ter a noção que não é por ali estar a vedação que as pedras só caem naquele bocadinho, elas podem cair no resto de toda a rua. -----

Terminou, dizendo que gostaria de saber se já há alguma diligência feita também em relação a esses prédios.-----

Respondeu o Sr. Vice-Presidente que infelizmente exemplos desses não faltam no concelho. A câmara municipal vai procurando encontrar soluções em que os privados assumam as suas responsabilidades, o facto é que em alguns casos tem sucesso, mas na maioria não tem, pelo que vai fazendo este tipo de situações.-----

Numa situação de emergência têm de se encontrar soluções que não se compadecem de todos estes procedimentos, porque se o prédio está em iminência de cair tem que se fazer alguma coisa. De qualquer modo existem alguns exemplos em que o privado vem perguntar à câmara municipal "quem é que vos mandou mexer na minha casa? Quem é que me vai ressarcir do facto de eu ter aqui um ativo e agora estar tudo no chão e não ter cá nada?", tendo a autarquia que pagar. -----

Recorda-se de, há uns anos, a câmara municipal ter mandado para abate um veículo e, porque não fez o procedimento completo, parece-lhe que não informou o proprietário, este veio dizer que era um carro de coleção e queria um dinheirão pelo mesmo. Já não sabe como essa situação ficou, mas julga que a câmara municipal ainda teve de pagar alguma coisa. -----

Tudo isto tem estas dificuldades e têm de se ter as cautelas necessárias para que administrativamente não falhe nenhum procedimento, contudo, em situações como esta não resta à câmara municipal outra solução senão agir.-----

Em relação ao prédio na rua Manuel Arriaga, os serviços de fiscalização já lá foram, pensa que o proprietário já foi notificado, e vai-se fazer todo este processo até, se



Fl. Ata<sup>r</sup> 055

Reunião de 2013/07/17

Proc<sup>o</sup> 11/96 GENERI


Deliberação nº \_\_\_\_\_

calhar, ser a câmara municipal a tratar do assunto. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----

*AS* *PM*

1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO –  
LOTEAMENTO ZONA DO MOLEDO, LOTE B18 – ALVERCA DO RIBATEJO -----  
-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 232/13, de 02/07, do  
DGUPRU/DPRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do  
município, sobre o lote B18 do loteamento Zona do Moledo, na freguesia de  
Alverca do Ribatejo, registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila  
Franca de Xira aquando do registo do alvará de loteamento nº 4/2011-AUGI, de  
28/12, requerido por Rui Simões Martins da Silva. -----  
-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 232/13, de 02/07, do  
DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da  
ata. -----  
-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para  
aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da  
Srª Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----

1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO –  
LOTEAMENTO CASAL DA SERRA, LOTE 77 – PÓVOA DE SANTA IRIA-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 231/13, de 04/07, do  
DGUPRU/DPRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do  
município, sobre o lote 77 do loteamento Casal da Serra, na freguesia da Póvoa de  
Santa Iria, registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira  
aquando do registo do alvará de loteamento nº 6/2010-AUGI, de 22/09, requerido  
por Ilda Maria Jesus Rebelo Moutinho. -----  
-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 231/13, de 04/07, do  
DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da  
ata. -----  
-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para  
aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da  
Srª Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----





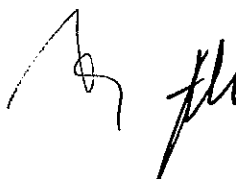
1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO –  
LOTEAMENTO ENXORDEIROS, LOTE 55 – ALVERCA DO RIBATEJO-----  
-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 230/13, de 04/07, do  
DGUPRU/DPRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do  
município, sobre o lote 55 do loteamento Enxordeiros, na freguesia de Alverca do  
Ribatejo, registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira  
aquando do registo do alvará de loteamento nº 1/2012-AUGI, de 27/06, requerido  
por Hugo André Carajote Alhandra.-----  
-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 230/13, de 04/07, do  
DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da  
ata.-----  
-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: A Sr<sup>a</sup> Presidente submete o assunto à reunião de câmara para  
aprovação.-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da  
Sr<sup>a</sup> Presidente.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----


1. Assunto: RESTITUIÇÃO DE VALOR PAGO PELA COMPARTICIPAÇÃO INDIVIDUAL - QUINTA DA PONTE E ANEXOS, LOTE 372 - SÃO JOÃO DOS MONTES -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 122/13, de 12/06, do DGUPRU/DPRU, para aprovação da restituição do valor de 5 296,29€, referente à comparticipação individual nos custos das infraestruturas, sobre o lote 372 da AUGI Quinta da Ponte e Anexos, aos herdeiros de José Fernandes Costa, uma vez que o lote foi suprimido. -----  
-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 122/13, de 12/06, do DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----

---

**CAPÍTULO: DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS**



1. Assunto: RECARGAS DE PAVIMENTOS NO CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 259/13, de 24/06, do DOVI/DOVI, para aprovação da conta final, do auto de vistoria e receção definitiva, bem como da liberação das garantias referentes à empreitada de recargas de pavimentos no concelho de Vila Franca de Xira, adjudicada à Constradas, SA.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 259/13, de 24/06, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, mencionando a abordagem conjunta deste ponto com o ponto 18 da ordem do dia, por ser mais ou menos a mesma coisa. -----  
Disse que se estão a fazer os autos de vistoria e de receção, e não sabe se estas recargas se referem aos exemplos que vai dar, mas, por exemplo, na estrada principal de Vialonga que foi arranjada, crê que em 2010 ou 2011, há um abatimento junto à GNR, junto aos poços galegos, na curva que vai dar ao Pingo Doce, que julga se deve ao facto de estacionarem ali veículos pesados, que vão quebrando o alcatrão das bermas da estrada. Também na estrada que vai para Santa Eulália, junto à ABEIV, há alguns abatimentos, pelo que se calhar seria bom que se visse antes de se fazer a receção definitiva destas recargas. -----  
Interveio a Engª Rosário Ferrão, esclarecendo, face à pergunta da Srª Vereadora, que quer este ponto, quer o ponto 18, não dizem respeito a essa empreitada, mas vai-se tomar nota, para se poder analisar e ver com o empreiteiro que fez esse trabalho. -----



Fl. Ata 062

Proc<sup>o</sup> DOVSM 09.01.12.02

Deliberação nº \_\_\_\_\_

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----

*AG* *[Signature]*

1. Assunto: REMODELAÇÃO DA EB1 DE A-DOS-LOUCOS – SÃO JOÃO DOS MONTES-----  
-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 701/13, de 11/07, do DOVI/DOVI, para aprovação do auto de vistoria e receção definitiva, bem como liberação das garantias referentes à empreitada de remodelação da EB1 de A-dos-Loucos, em São João dos Montes, adjudicada à Comprojecto – Projetos e Construções, Lda.-----  
-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 701/13, de 11/07, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.  
-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----

1. Assunto: CONCLUSÃO DA REMODELAÇÃO DA EB2 DR. SOUSA MARTINS PARA EB1 – VILA FRANCA DE XIRA -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 703/13, de 11/07, do DOVI/DOVI, para aprovação do auto de vistoria e liberação de 75% da caução total, no valor de 99 285,86€, da obra de conclusão da remodelação da EB2 Dr. Sousa Martins para EB1 - Vila Franca de Xira, adjudicada à Comprojecto – Projetos e Construções, Lda.-----  
-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 703/13, de 11/07, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.  
-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



1. Assunto: REABILITAÇÃO DE PAVIMENTOS NA ESTRADA MUNICIPAL DO APEADEIRO – CASTANHEIRA DO RIBATEJO -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 695/13, de 09/07, do DOVI/DOVI, para aprovação da alteração da data da conclusão dos trabalhos da empreitada de reabilitação de pavimentos na Estrada do Apeadeiro, na Castanheira do Ribatejo, até ao dia 30/09/2013, por mais 74 dias, sem encargos para o dono de obra e de acordo com o novo plano de trabalhos e cronograma financeiro apresentado pela Construções Pragosa, SA, não resultando qualquer prorrogação do prazo do contrato.-----  
-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 695/13, de 09/07, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.  
-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----





1. Assunto: PARQUE LINEAR RIBEIRINHO DO ESTUÁRIO DO TEJO – RECEÇÃO PROVISÓRIA-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 710/13, de 12/07, do DOVI/DOVI, para aprovação do auto de vistoria para receção provisória, datado de 2013/07/05, referente à empreitada do Parque Linear Ribeirinho do Estuário do Tejo, adjudicada à ABB – Alexandre Barbosa Borges, SA.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 710/13, de 12/07, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, reportando-se a este ponto em conjunto com o ponto 17 da ordem do dia, dizendo que os membros da CDU votam contra.-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.-----  
-----  
-----  
-----  
-----



1. Assunto: PARQUE LINEAR RIBEIRINHO DO ESTUÁRIO DO TEJO – TRABALHOS A MENOS -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 714/13, de 12/07, do DOVI/DOVI, para aprovação do orçamento de trabalhos a menos no valor de (-)19 119,86€, acrescido do IVA, referente à empreitada do Parque Linear Ribeirinho do Estuário do Tejo, adjudicada à ABB – Alexandre Barbosa Borges, SA, não assistindo ao empreiteiro o direito de indemnização previsto no nº1, do artigo 381º, do Código dos Contratos Públicos. -----  
-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 714/13, de 12/07, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
Este assunto foi discutido em conjunto com o ponto 16 da ordem do dia. -----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----



1. Assunto: REQUALIFICAÇÃO DE PAVIMENTOS EM ARRUAMENTOS MUNICIPAIS -----  
-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 279/13, de 09/07, do DOVI/DOVI, para aprovação do auto de vistoria para receção provisória, datado de 2013/06/20, referente à empreitada da requalificação de pavimentos em arruamentos municipais, adjudicada à Construções Pragosa, SA. -----  
-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 279/13, de 09/07, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
Este assunto foi discutido em conjunto com o ponto 11 da ordem do dia. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Atã 069

Reunião de 2013/07/17

Procº 22/13 DOVSM-EMP

Deliberação nº 786

1. Assunto: EXECUÇÃO DA PASSAGEM SUPERIOR PEDONAL DO FORTE DA CASA -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 702/13, de 11/07, do DOVI/DOVI, para ratificação do despacho que aprovou o pedido de adiantamento feito pela Oliveiras, SA, referente à empreitada de execução da passagem superior pedonal do Forte da Casa, no valor de 327 863,76€, mais IVA, correspondente a 30% do preço contratual.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 702/13, de 11/07, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para ratificação.-----  
-----  
Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, mencionando que o sentido de voto dos membros da Coligação Novo Rumo é o de abstenção, não tendo nada a ver com a obra em si, tem a ver com a questão do procedimento, e a pergunta que coloca desde logo é por que é que vem para ratificação e não vem para aprovação, sendo que quando o empreiteiro faz o requerimento a 10 de julho, não sabe de prazos, ou do QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional, não sabe de nada.-----  
-----  
Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que o que o empreiteiro coloca nesta altura é a necessidade, para poder avançar com a obra, de ter este adiantamento, sem o qual tem alguma dificuldade de poder prosseguir e cumprir os prazos. Portanto, é isto que é presente.-----  
-----  
Quanto à questão que a Srª Vereadora coloca, o porquê de não se ter resolvido em tempo oportuno, foi porque não havia efetivamente tempo, e por isso é que o processo foi despachado pela Srª Presidente, para ratificação. Foi exatamente pelos prazos muito curtos que se tinham, que não permitiam que viesse agora esse



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

*[Handwritten signature]*

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 070

Reunião de 2013/07/17

Procº 22/13 DOVSM-EMP

Deliberação nº \_\_\_\_\_

pedido de adiantamento, e é aquilo que pode dizer. -----


A Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus interveio, mencionando, de qualquer maneira, que há uma situação que os membros da Coligação Novo Rumo não compreendem. Ao se imaginar que o empreiteiro não tinha pedido este adiantamento, na altura do pagamento já não se colocava nenhuma situação com o QREN?-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que esta é uma obra com um prazo muito limitado, que tem de ter em conta algumas situações, sendo que aquilo que pode dizer é que o empreiteiro pediu este adiantamento, pela excecionalidade da obra, sem o qual não tinha condições de cumprir o prazo. Portanto, ao se rececionar este pedido de adiantamento, fizeram-se todas as iniciativas para que o mesmo fosse autorizado, mas o dia 17, que é hoje, era já um prazo que ia para além daquilo que era necessário. Se fosse para além do dia 15, havia algumas dificuldades em termos da calendarização e planificação financeira, e por isso é que a Srª Presidente enviou o processo à reunião de câmara para ratificação, porque estes 2 dias foram fundamentais para este procedimento.-----

Interveio a Engª Rosário Ferrão, esclarecendo que o Sr. Vice-Presidente já disse o que é que se passou, o adiantamento só foi pedido agora porque não podia ter sido pedido antes, devido ao visto do Tribunal de Contas. A obra, para ser pedido o adiantamento, tinha que estar consignada, só se podia consignar com o visto do Tribunal de Contas, porque o valor da empreitada é superior 925 000,00€. A obra só pode começar depois do visto, só depois do visto é que se pode consignar, e depois da consignação é que foi possível pedir o adiantamento, tendo o Sr. Vice-Presidente já explicado quanto ao resto. -----

O Sr. Vice-Presidente interveio, mencionando o sentido de voto, dizendo que os membros da CDU votam a favor, os membros do PS votam a favor e os membros da Coligação Novo Rumo abstêm-se. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da Coligação Novo Rumo, em conformidade com a proposta da Srª Presidente.-----



1. Assunto: ARRANJOS EXTERIORES DO JARDIM DO BAIRRO – ALVERCA DO RIBATEJO---  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 665/13, de 28/06, do DOVI/DOVI, para aprovação do processo da revisão de preços definitiva, no valor de 4 276,27€, acrescido do IVA, referente à empreitada dos arranjos exteriores do Jardim do Bairro, em Alverca do Ribatejo, adjudicada à Asibel - Construções, SA. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 665/13, de 28/06, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que esta matéria decorre da lei e não há muito para discutir, embora a conclusão que os membros da CDU tiraram da visita que fizeram ao local é que o espaço, infelizmente, não está bem mantido. Têm a informação de que a limpeza e conservação da zona verde estão asseguradas por uma empresa privada, e gostariam de perguntar se assim é, se corresponde à verdade. -----  
Se corresponde à verdade, de duas, uma, ou se aceita que dando a fazer fora fica mais barato independentemente do resultado, que neste caso é um mau resultado, porque a área verde está mal tratada e há problemas de conservação e de higienização do local, ou, se se tem que assumir como inevitabilidade dar a fazer fora, também tem que se ter uma atitude crítica e de fiscalização sobre o trabalho efetuado. -----  
Deixam pois estas preocupações, porque entendem que o espaço está mal conservado, notando-se uma nítida falta de limpeza e de higiene do local. -----  
Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que a limpeza não está assegurada por


uma empresa privada. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----

A

14

1. Assunto: PROJETO DE REGULARIZAÇÃO FLUVIAL DO RIO GRANDE DA PIPA, ENTRE A EN1 E A FOZ NO RIO TEJO – CASTANHEIRA DO RIBATEJO-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 89/13, de 04/07, do DOVI/DOVI, para aprovação da revogação da deliberação tomada na reunião de 17/11/2010, e aceitação da parcela de terreno, com a área total de 583,24m<sup>2</sup>, com o valor simbólico de 291,62€, propriedade de Vítor Manuel Feliciano Bailão de Matos, para viabilizar um troço de obra da regularização fluvial do rio Grande da Pipa, entre a EN1 e a foz no rio Tejo, na Castanheira do Ribatejo, bem como posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei.-  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 89/13, de 04/07, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que não há qualquer problema na correção da situação, estando a CDU de acordo, pois o que está mal é para corrigir.-----  
Contudo, na altura, em 17/11/2011, este assunto foi trazido a reunião de câmara, pelo Sr. Vereador Rui Rei, que tinha este pelouro, em nome da Sociedade de Vinhos Vítor Matos, mas já passaram 32 meses, quase 3 anos, e vem agora para ser alterado, para o dono, que era o dono da sociedade.-----  
Pergunta por que demorou este tempo todo, e há de haver razões, como é evidente, mas também, se analisou bem o problema, já quando o executivo camarário, pela voz do Sr. Vereador Rui Rei, trouxe a situação, se viu bem nos averbamentos da Conservatória do Registo Predial, já constava em 20/03/2002 que este Sr. Vítor Manuel Feliciano Bailão de Matos tinha feito a aquisição desses dois



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

prédios. -----  
É evidente que lapsos são normais, só o Papa não os tem, porque não trata disto, não está a fazer juízos de valor, mas esta é a situação que coloca, por que é que esta situação se reportou à Sociedade, pois se analisou bem, e admite que tenha visto mal, no averbamento da Conservatória já estava bem, e qual a razão dos 32 meses. -----

Também havia vários problemas com outros proprietários sobre o assunto, por isso tem havido suspensões dos trabalhos, e gostaria de saber se já estão resolvidas as outras questões com outros proprietários, ou seja, quando é que as margens do rio ficam livres, para se recomeçarem os trabalhos. -----



Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que se trata, como o Sr. Vereador disse, de uma correção de uma imprecisão da altura, que só agora foi possível corrigir. Por que é que demorou tanto tempo? Poderia ter sido corrigido há mais tempo, mas não lhe parece que essa seja uma questão muito relevante. Foi detetado que a titularidade não era da Sociedade de Vinhos Vítor Matos II, mas sim do Sr. Vítor Manuel Feliciano Bailão de Matos, que é o proprietário daquela sociedade. Assim, detetado este lapso, foi agora corrigido. -----

Quanto à outra questão, essa sim tem importância, e se calhar foi por isso que o Sr. Vereador interveio, relativamente às famílias Barreto e Neiva, finalmente foi possível já tomar a posse administrativa dos terrenos, bem assim como uma parcela de que foi também agora feita a escritura, que permitirá a construção do pontão. -----

No meio desta obra tão complexa, pois uma obra hidráulica com esta envergadura é complexa, ainda houve algumas dificuldades que a tornaram mais difícil, por um lado, a conhecida casa amarela, e depois a casa dos patos. Isso já foi tudo demolido, o tribunal deu razão à câmara municipal, e foi possível avançar com a demolição da casa dos patos, ficando essa zona desimpedida de qualquer condicionante em termos de terreno. -----

Depois há a margem esquerda, de Alenquer, em que já se têm também os terrenos disponíveis, mas há uma dificuldade, que ainda não foi superada, a relocação dos postes de média tensão por parte da EDP. -----

Tem-se estado em contacto permanente com a EDP para fazer aquele trabalho, na

medida em que o orçamento que enviou já foi autorizado há quase um ano, e portanto essa realocização é essencial para a construção do pontão. -----

Quanto a outras dificuldades que ainda não se conseguiram resolver, e provavelmente não sei se se conseguirão resolver até ao final da obra, têm a ver com o minimercado e com o restaurante que está em cima da margem. -----

É uma matéria que está em análise jurídica, no sentido de ver que solução se poderá ter para aquele caso. Está-se na expectativa das pessoas poderem apresentar uma proposta, ou os seus advogados, para que o próprio advogado da autarquia analise e sugira a solução mais adequada. -----

Pode vir a acontecer, e aliás isso já foi manifestado ao consórcio que está a desenvolver a obra, que é a Obercol e a Oliveiras, que em último caso se deixe uma margem de segurança relativamente ao restaurante e ao minimercado, fazendo-se toda a obra, ficando aquela parte por fazer até se resolver esta questão. -----

A autarquia foi também confrontada com a iminência de insolvência da Obercol. Já houve algumas reuniões com a administração, solicitando-se que a empresa avançasse com a cedência de posição para a outra empresa do consórcio, que é a Oliveiras. É uma matéria em que se tem vindo a trabalhar, e espera que o plano de revitalização que está a desenvolver tenha sucesso, para que, de facto, continue a laborar. -----

Esta é mais uma dificuldade que se tem naquela obra, mas neste momento, com a informação de hoje, terá sido adjudicada a um subempreiteiro a obra que tem a ver com a requalificação das margens, que tem a ver com as terras. Se assim for, grande parte do trabalho vai ter início rapidamente. -----

De uma forma muito sucinta, porque há mais implicações que não vale a pena agora estar a colocar, é o que pode dizer sobre o ponto de situação desta obra. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----

-----  
-----  
-----

*A* *pl*

1. Assunto: ESTABELECIMENTO DO TALUDE DA ENCOSTA E RESTABELECIMENTO DO TROÇO ACIDENTADO DA ESTRADA DE SÃO MARCOS - CALHANDRIZ -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 706/13, de 11/07, do DOVI/DOVI, para aprovação da alteração do projeto de fundações para o estabelecimento do talude da encosta e restabelecimento do troço acidentado da estrada de São Marcos, na Calhandriz, apresentado pela HCI – Construções, SA, bem como do plano de trabalhos e respetivo orçamento, ajustados à alteração do projeto de fundações, e que não altera o valor da adjudicação, ficando o empreiteiro vinculado aos novos documentos, com um prazo de execução da obra de 120 dias, antecipando o prazo de conclusão da mesma para o dia 23/10/2013.---  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 706/13, de 11/07, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
Interveio o Sr. Vereador João de Carvalho, perguntando se esta alteração ao projeto, porque parece aos membros da Coligação Novo Rumo que tem algumas modificações em relação ao inicial, tem alguma alteração no valor final da empreitada.-----  
A Engª Rosário Ferrão interveio, dizendo que não.-----  
Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, deixando alguma preocupação, que não gostava de chamar estranheza, porque, de facto, pagou-se a uma empresa especialista na área, para ver qual a solução para resolver o problema da estrada de São Marcos, a empresa veio a reunião de câmara, crê que 2 vezes, mostrar o projeto, mostrando também as soluções mais viáveis para se resolver a estabilização do talude da encosta, e agora é o construtor que vem apresentar



outras soluções, que no seu entender são mais seguras para esta estrada. Assim, é um bocado caricato que seja o construtor a fazer este reparo. De qualquer maneira, é só esta observação que gostava de fazer. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que pode parecer estranho, mas não é, sendo que estão presentes os Engºs Alexandre Pinto e Furtado Matos, da HCI, e também do projetista, que poderão depois, se assim o entenderem, intervir para uma explicação técnica mais fina, que não lhe cabe, nem tem competência para tal. -----

De qualquer forma, o princípio do projeto, em termos técnicos, mantém-se, só que a empresa construtora vem colocar uma outra solução, em termos de fundações, que em nada altera os princípios do projeto que foi apresentado e tem, de acordo com os relatórios que o próprio leu, uma situação que parece mais favorável ainda, ou seja, as alterações em termos das fundações permitirão também sustentar aquilo que o projeto que foi aqui apresentado não contemplava, que era a contenção do talude da EN 10.6. -----

Assim, por um lado melhora-se a solução, por outro lado, o prazo até permitirá que seja encurtado, e por outro lado ainda o valor mantém-se, não existindo nenhuma alteração de valor. -----

De seguida, solicitou ao Engº Furtado Marques, ou ao Engº Alexandre Pinto, para adiantarem mais alguma coisa, para além do que disse, para se ficar com uma informação correta e mais completa. -----

Interveio o Engº Furtado Marques, responsável da produção da HCI, esclarecendo que a razão de ser da alteração do projeto, feita pelo Engº Alexandre Pinto, tem a ver, fundamentalmente, com o facto de ser uma obra que vai ser desenvolvida no período do verão. Assim, em vez das microestacas, que são uns tubos, e elementos não tão robustos, com menor dimensão e menos inércia, verificou-se, face à situação atual, que seria possível substituí-las por umas estacas de grande diâmetro, que são aquelas que normalmente se encontram nos viadutos mais normais. -----

O Engº Alexandre Pinto é um dos especialistas desta área no país, em termos da Ordem dos Engenheiros é um dos coordenadores da especialidade de geotecnia, e foi seu colega numa empresa há uns anos atrás, daí o conhecimento pessoal que



têm, sendo que também conheciam o Engº Prazeres Ferreira, que era o projetista, e o que se procurou foi, em conjunto, uma solução que melhorasse. Como o Sr. Vice-Presidente disse, inclusivamente com o acrescento do muro estabilizador em baixo, procurou-se melhorar a solução, tendo em atenção fundamentalmente o período de execução da obra. Com estas soluções, baseado na solução existente, melhorada pelo Engº Alexandre Pinto, procurou-se fazer essa melhoria técnica.-----

De seguida, passou a palavra ao Engº Alexandre Pinto, para, na medida do possível, de uma forma mais detalhada, dar a explicação.-----

Interveio o Engº Alexandre Pinto, dizendo que depois desta explicação completa do Engº Furtado Matos é difícil dizer muito mais, sublinhando, efetivamente, que a conceção geral desta nova solução é idêntica à anterior. Houve um objetivo, já que a solução anterior terá sido desenvolvida sem haver uma perspetiva exata e rigorosa da época do ano em que seria executada, e privilegiou-se a execução das microestacas, que são efetuadas com equipamentos mais ligeiros, por outras estacas.-----

Havendo agora uma perspetiva mais firme da obra, a ter início no imediato, no período de verão ou outono, é possível colocar naqueles terrenos equipamentos mais pesados e, portanto, substituir as microestacas por estacas de maior diâmetro, que do ponto de vista técnico dão mais garantias, porque trabalham melhor em termos de estabilidade daquela plataforma e, do ponto de vista do prazo, estão-se a substituir 4 microestacas praticamente por apoio, por uma estaca, tendo-se pois os trabalhos feitos num prazo mais curto. A conceção geral manteve-se, e este trabalho continuará a ser feito em equipa, naturalmente com o anterior projetista, como não podia deixar de ser.-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, mencionando que há a salientar que o projetista acordou e deu o aval a esta solução, bem como os técnicos municipais se pronunciaram e não viram nenhum inconveniente, pelo contrário.-----

Desta forma, se não houver nenhuma questão, passará à votação do ponto.-----

O Sr. Vereador João de Carvalho interveio, reportando-se a uma pequena pergunta técnica, porque o seu envolvimento em termos geológicos é de conhecimento familiar, questionando se a estacaria que vai ser colocada, e que está prevista ser colocada, apesar de substituir as 4 microestacas por uma estaca maior, vai ao fixe.



Fl. Ata 079

Reunião de 2013/07/17

Proc<sup>o</sup> 26/13 DOVSM-EMP

Deliberação nº

Respondeu o Eng<sup>o</sup> Alexandre Pinto que sim, e que o problema principal é que há um depósito de cobertura, e as estacas têm que atravessar essa camada, e que entrar a 3 ou 4 metros do fixe, caso contrário, a solução não iria funcionar de forma eficaz. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----



1. Assunto: CONSTRUÇÃO DE UM POLIDESPORTIVO COM BANCADAS E TRABALHOS COMPLEMENTARES NA EB PEDRO JACQUES DE MAGALHÃES – ALVERCA DO RIBATEJO-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 713/13, de 12/07, do DOVI/DOVI, para aprovação do desenvolvimento do plano de segurança e saúde da empreitada de construção de um polidesportivo com bancadas e trabalhos complementares na EB Pedro Jacques de Magalhães, em Alverca do Ribatejo, adjudicada à Construtora UDRA, Lda.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 713/13, de 12/07, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
Interveio o Sr. Vereador João de Carvalho, referindo que a EB Pedro Jacques de Magalhães, a determinada altura, viu o preço acrescido, provavelmente, de mais um terço, por causa dos fundamentos, e pergunta se neste polidesportivo já está tudo isso previsto, em termos económicos, mas pensa que sim. Já se conhece o tipo de terreno, pelo que este polidesportivo já estará contemplado com este orçamento, com as fundações mais profundas que se tiveram de reforçar na EB Pedro Jacques de Magalhães.-----  
Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que há um projeto que se tem de seguir, e um plano financeiro, que é este, sendo que qualquer alteração, tem que ser aprovada pela DRELVT – Direção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo. ---  
Aquilo que a obra comporta é exatamente o que foi tratado. Hoje está-se a falar do plano de segurança e saúde mas, respondendo à pergunta do Sr. Vereador, tudo o que vai ser feito está contemplado, não há mais um cêntimo, pois se houver mais





**CAPÍTULO: GABINETE DE APOIO AO MUNÍCIPE E ATIVIDADES ECONÓMICAS**



1. Assunto: RELAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELA SRª VEREADORA CONCEIÇÃO SANTOS, NO USO DA DELEGAÇÃO E SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA SRª PRESIDENTE -----  
-----
2. Resumo: Para os efeitos previstos no nº 3, do artº 65º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, presente para conhecimento a relação dos atos praticados pela Srª Vereadora Conceição Santos, no período compreendido entre 2013/05/27 e 2013/07/05, referentes à emissão de horários de funcionamento, bem como de cartões de vendedor ambulante, de 2ª via e renovação de cartões de vendedor ambulante.-----  
-----  
-----
3. Informações/pareceres: -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas:-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----

*[Handwritten signature]*

1. Assunto: CAFETARIA COM ESPLANADA E QUIOSQUE DE REVISTAS E JORNAIS DO PARQUE DE LAZER ENTRE ESCOLAS NO FORTE DA CASA-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 135/13, de 09/07, do GMAE, para aprovação do acionamento da caução, no valor total de 700,00€, acrescido dos juros, em prestações mensais de 175,00€, na sequência da cessação do contrato de arrendamento celebrado com a BemHaja II – Casa de Pão, Lda., relativo ao espaço municipal designado por Cafetaria com esplanada e quiosque de revistas e jornais do parque de lazer entre escolas no Forte da Casa.  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 135/13, de 09/07, do GMAE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, reportando-se a este ponto em conjunto com o ponto 26 da ordem do dia, aproveitando para colocar duas questões. -----  
Sobre o tão falado quiosque de Alverca do Ribatejo, em que até julga que as pessoas deviam pagar pela publicidade que os membros da CDU fazem, de facto gostariam de perguntar se já houve autorização por parte da REFER para se ocupar um espaço que é seu, e como está o processo de licenciamento, pois entretanto deixaram de perceber em que situação estava este quiosque. -----  
Depois, sobre o quiosque sito na entrada oeste da Quinta da Piedade, de que também têm falado, até porque é assunto abordado nas assembleias de freguesia da Póvoa de Santa Iria, fizeram um requerimento e apresentaram-no na última sessão de assembleia de freguesia, a 26 de junho, dando conta ou tentando perceber como foi feito o licenciamento. -----



O Sr. Presidente da junta disse que a informação em questão não pode ser transmitida pelo próprio, mas pela Srª Presidente da câmara, porque cabe à câmara municipal ou coube fazer o licenciamento deste quiosque, e a questão é perceber se já existem licenças de utilização das atividades económicas que estejam passadas para este local. -----

Sobre este quiosque, houve um protocolo assinado entre a câmara municipal e esta firma, e gostariam de ter uma cópia do mesmo. Ou não o conseguem encontrar, ou ele não veio à reunião de câmara, e há um outro protocolo entre a Junta de Freguesia da Póvoa de Santa Iria e a BemHaja, onde se diz que o quiosque não vai pagar qualquer tipo de utilização de espaço público durante 5 anos, porque cabe a este quiosque, ou ao seu dono, algumas obras de requalificação de um espaço que, inclusivamente, vem num anexo, em que não sabem qual foi o valor, nem se essas obras foram de facto realizadas, pois não tiveram acesso a qualquer tipo de relatório dessas obras. -----

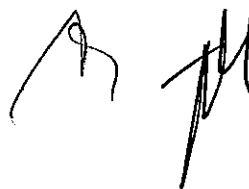
Desta forma, gostariam de perceber se foi cumprida a alínea 5 desse protocolo entre a junta de freguesia e a firma, porque, se isso não foi feito, então passa a ser lesada, não só a junta de freguesia, mas também a câmara municipal, pois pelo que o Sr. Presidente da junta diz é à mesma que pelos vistos se deve o licenciamento de todo o procedimento do quiosque. -----

Sobre o quiosque da Quinta da Flamengo, gostavam de saber se houve ou não interessados neste espaço, e se não houve, o que é que a câmara municipal está a pensar fazer para que também este espaço municipal seja dotado de um quiosque para cafetaria, tal como todos os outros do concelho. -----

A Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus tomou a palavra, dizendo, quanto ao ponto 25, que a questão dos membros da Coligação Novo Rumo é que a firma tem um valor em dívida de 4 rendas. O contrato de arrendamento cessou, e no ponto 26 é presente o procedimento para arrendamento deste mesmo espaço. Assim, questiona se esta firma pode concorrer novamente, pois no entender da Coligação Novo Rumo não deveria poder, mas não sabem como é que a situação está. -----

A Srª Vereadora Conceição Santos interveio, referindo que não deve concorrer, mas pode concorrer, pois a lei permite-lhe que concorra. -----

Retomou a palavra a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, mencionando que não



tem conhecimento específico destas situações, mas para se concorrer a um concurso público, por exemplo, não se pode dever à Segurança Social e às Finanças. Portanto, tinha toda a lógica, eventualmente, e não sabe se é assim, pois também não pesquisou, que não pudesse concorrer. -----

Esclareceu a Srª Vereadora Conceição Santos que, em termos práticos, a partir do momento em que existem dívidas, nomeadamente à Segurança Social, as pessoas têm de apresentar os comprovativos da inexistência de dívidas, e a partir do momento em que não os apresentam, o processo está encaminhado num determinado sentido.-----

Interrompeu a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, para dizer que, eventualmente, no procedimento do ponto 26 poderia ser colocada uma cláusula em que quem for devedor à câmara municipal de qualquer quantia não pudesse concorrer, mas não sabe se isso, em termos do Código dos Contratos Públicos, pode criar alguma situação de discriminação. -----

Aos membros da Coligação Novo Rumo choca esta empresa vir concorrer novamente, mas tudo é possível, esta empresa já é o BemHaja II, e não venha o BemHaja III.-----

A Srª Vereadora Conceição Santos interveio, referindo, quanto a esta sugestão, que poderá ser analisada pela Divisão de Assuntos Jurídicos. A informação que tem é a de que à partida não se podem impedir as pessoas de concorrer ao concurso público, mas nas diferentes fases do concurso público o que acontecerá, com certeza, é que, por um conjunto de razões que tem a ver com aquilo que está explícito no próprio programa, as pessoas acabam por ficar excluídas. Contudo, poder-se-á perguntar àquela divisão. -----

A inexistência de dívidas à Segurança Social tem de lá estar, porque é de lei, mas pode questionar-se se é possível ou não acrescentar a inexistência de dívidas à câmara municipal. Se for possível, não vê inconveniente nenhum em que isso aconteça.-----

Respondendo às questões da Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, e começando por Alverca, BemHaja II, o que diz é que se está na mesma onda. A REFER emitiu o parecer, que de facto não era possível, e as pessoas pediram a nova localização, tendo já sido emitido pela câmara municipal parecer negativo, e a junta de



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

A

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 087

Reunião de 2013/07/17

Procº DCTAE.00DV.001.

Deliberação nº \_\_\_\_\_

freguesia já foi informada.-----

Interveio de novo a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, questionando se então vai fechar, tendo a Srª Vereadora Conceição Santos respondido que obviamente, porque não está autorizado, nem licenciado.-----

Quanto ao quiosque da Póvoa de Santa Iria, BemHaja II, continua-se na mesma onda, e se é exatamente deste quiosque que se trata, não está licenciado pela câmara municipal, não tem licença, e portanto, nestes casos, quando os quiosques não têm a licença, a autarquia informa a entidade respetiva da sua falta, e foi o que fez. Informou a ASAE - Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, da inexistência de licença.-----

A câmara municipal também procurou saber junto da PSP se havia queixas relativamente ao quiosque, e a resposta enviada é que não havia. Está-se a acompanhar a situação, nomeadamente por parte da ASAE, e espera-se que envie a resposta quanto à questão do licenciamento.-----

De facto a câmara municipal faz o licenciamento, mas compete à entidade pedir o respetivo licenciamento à autarquia. Relativamente à falta de licenciamento, compete à câmara municipal informar a entidade competente, que é a ASAE.-----

No que respeita à Quinta da Flamengo, foram apresentadas duas propostas, e as duas foram excluídas por falta de documentação. Está-se na fase da audiência prévia, e poderá haver alguma possibilidade de serem ultrapassadas algumas questões relativamente à documentação. Portanto, está-se a aguardar.-----

A Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso interveio, questionando, quanto às obras, se foram ou não feitas, já que a não terem sido feitas as obras que estes senhores ficaram responsáveis de realizar, a câmara municipal, que foi quem assinou o protocolo, deve ter um papel nesta decisão, e pensa que deve também informar a própria Junta de Freguesia da Póvoa de Santa Iria, porque os senhores estão isentos de pagamento durante 5 anos, já que se comprometeram a realizar obras que eram de vulto, e por isso mesmo justificavam a isenção de pagamento de taxas de ocupação da via pública.-----

Respondeu a Srª Vereadora Conceição Santos que não sabe responder, mas vai procurar informar-se e dará a informação.-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que sobre esta matéria têm que se



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata ~ 088

Reunião de 2013/07/17

Procº DCTAE.00DV.001.

Deliberação nº \_\_\_\_\_

clarificar as coisas, sem dúvida nenhuma, e repor a legalidade, caso não exista. É uma matéria de que se tem vindo a falar, não só na câmara, como na assembleia municipal, e aquilo que é necessário é analisar o processo, ver o protocolo, e confessa que não se lembra dele, bem como fazer o que se tiver de fazer. -----  
Quanto à questão colocada pela Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, solicita ao Dr. Fernando Barreiros que analise esta matéria, que na sua opinião, não jurídica, mas de bom senso, parece ter todo o sentido. -----  
Esclareceu ainda a Srª Vereadora Conceição Santos, quanto ao quiosque BemHaja, na Póvoa de Santa Iria, que há de facto uma situação de ilegalidade, estando a câmara municipal a acompanhar, e vai continuar a acompanhar. -----  
Esta é uma questão, da falta de licenciamento, quanto à outra, vai verificar, e tudo aquilo que decorrer do protocolo e não tiver sido cumprido, a autarquia atuará em conformidade. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente. -----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 090

Reunião de 2013/07/17

Procº DCTAE.00IM.001.

Deliberação nº 793

1. Assunto: PROCEDIMENTO PARA ARRENDAMENTO DO ESPAÇO MUNICIPAL DESTINADO A ESTABELECIMENTO, DESIGNADO POR CAFETARIA COM ESPLANADA E QUIOSQUE DE REVISTAS E JORNAIS DO PARQUE DE LAZER ENTRE ESCOLAS NO FORTE DA CASA -----  
-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 136/13, de 10/07, do GAMAE, para aprovação da abertura e das peças do procedimento para arrendamento do espaço municipal destinado a estabelecimento, designado por Cafetaria com esplanada e quiosque de revistas e jornais do parque de lazer entre escolas no Forte da Casa, bem como da composição da comissão de avaliação das propostas. -----  
-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 136/13 de 10/07, do GAMAE, documento que se dá inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
Este assunto foi discutido em conjunto com o ponto 25 da ordem do dia. -----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----



1. Assunto: PROCEDIMENTO PARA ARRENDAMENTO DO ESPAÇO MUNICIPAL DESTINADO A ESTABELECIMENTO, DESIGNADO POR QUIOSQUE PARA CAFETARIA COM ESPLANADA DO PARQUE URBANO DR. LUÍS CÉSAR PEREIRA – VILA FRANCA DE XIRA.-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 137/13, de 10/07, do GMAE, para aprovação da abertura e das peças do procedimento para arrendamento do espaço municipal destinado a estabelecimento, designado por Quiosque para cafetaria com esplanada do parque urbano Dr. Luís César Pereira – Vila Franca de Xira, bem como da composição da comissão de avaliação das propostas.-----  
-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 137/13, de 10/07, do GMAE, documento que se dá inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----

CAPÍTULO: NOTARIADO PRIVATIVO MUNICIPAL

*[Handwritten signature]*

1. Assunto: EXERCÍCIO DE DIREITO DE PREFERÊNCIA – MANUEL AUGUSTO BARROS MARQUES VIDEIRA-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 167/13, de 08/07, do Notariado Privativo Municipal, para aprovação do não exercício do direito de preferência e transmissão sobre a fração “H”, sita na rua José Maia Tavares, lote 24, 3º esqº, Bairro da Chabital, na freguesia de São João dos Montes, pelo valor de 40 000,00€.-----  
-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 167/13, de 08/07, do Notariado Privativo Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----

CAPÍTULO: DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA


Assunto: RELAÇÃO DOS DESPACHOS DA SRª VEREADORA CONCEIÇÃO SANTOS NA  
ÁREA DE PESSOAL -----

- Mobilidade interna intercarreiras, pelo período de 18 meses, com efeitos a 2 de julho de 2013, da Assistente Técnica, Paula Cristina Pereira da Silva Basílio Rebelo, na categoria de Técnica Superior, por despacho de 2013/07/01. -----
  - Mobilidade interna intercarreiras, pelo período de 18 meses, com efeitos a 5 de julho de 2013, do Assistente Técnico, Júlio Miguel Guedelha Ferreira Rodrigues, na categoria de Técnico Superior, por despacho de 2013/07/04. -----
  - Homologação da ata de avaliação do período experimental da trabalhadora Alexandra Isabel Marques dos Santos Amorim, na categoria de Assistente Técnica (área administrativa), por despacho de 2013/07/08. -----
- Tomado conhecimento. -----



Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata \_\_\_\_\_ **097**

Reunião de 2013/07/17

Proc.<sup>o</sup> \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_ **797**

Assunto: LEGISLAÇÃO-SÍNTESE -----

Foi dado conhecimento da publicação feita em Diário da República dos seguintes diplomas de interesse para a administração: -----

Despacho (extrato) nº 8550/2013, de 1 de julho, II série, relativo à alteração do Regulamento Orgânico dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira;-----

Listagem nº 38/2013, de 2 de julho, II série, indicativa do valor dos principais meios de campanha e de propaganda política; -----

Lei nº 43/2013, de 3 de julho, I série, quinta alteração à Lei nº 37/81, de 3 de outubro (Lei da Nacionalidade);-----

Lei nº 46/2013, de 4 de julho, I série, segunda alteração ao Decreto-Lei nº 315/2009, de 29 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei nº 260/2012, de 12 de dezembro, que aprovou o regime jurídico da criação, reprodução e detenção de animais perigosos e potencialmente perigosos, enquanto animais de companhia, reforçando os requisitos da sua detenção e os regimes penal e contraordenacional.

Portaria nº 220/2013, 4 de julho, I série, primeira alteração à Portaria nº 337/2004, de 31 de março, que estabelece o novo regime jurídico de proteção social na eventualidade doença, no âmbito do subsistema previdencial de segurança social; -

Resolução da Assembleia da República nº 95/2013, de 8 de julho, I série - Combater o desemprego jovem;-----

Acórdão nº 317/2013, de 4 de julho, II série, que não julga inconstitucional a norma extraída dos nºs 1 e 9 do artigo 24º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro (que aprovou o Orçamento do Estado para 2011), quando interpretada no sentido de a proibição de atos que consubstanciem valorizações remuneratórias e a determinação de não contagem do tempo de serviço prestado em 2011 abrangerem os atos e o tempo decorrentes da aplicação do artigo 8º, nº 1, do Decreto-Lei nº 75/2010, de 23 de junho;-----

Acórdão nº 231/2013, de 5 de julho, II série, que decide julgar prestadas, com as ilegalidades/irregularidades que se discriminam, as contas apresentadas pelas candidaturas concorrentes às eleições autárquicas realizadas em 11 de outubro de 2009; -----

Aviso nº 8560/2013, de 5 de julho, II série, relativo às contas da campanha eleitoral


Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata - 098

Reunião de 2013/07/17

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

apresentadas pelas candidaturas concorrentes às eleições autárquicas realizadas em 11 de outubro de 2009; -----

Resolução da Assembleia da República nº 94/2013, de 8 de julho, I série, que promove o desporto escolar e a prática desportiva pelos jovens; -----

Portaria nº 221-A/2013, de 8 de julho, I série, que regulamenta o programa de redução de efetivos a realizar no âmbito dos órgãos e serviços da administração central em 2013; -----

Decreto-Lei nº 89/2013, de 9 de julho, I série, que procede à terceira alteração ao Estatuto do Bolseiro de Investigação, aprovado em anexo à Lei nº 40/2004, de 18 de agosto; -----

Portaria nº 223/2013, de 9 de julho, I série, que aprova o Regulamento Geral dos Concursos Institucionais para Ingresso nos cursos ministrados em Estabelecimentos de Ensino Superior Privado para a Matrícula e Inscrição no Ano Letivo de 2013-2014; -----

Portaria nº 224/2013, de 9 de julho, I série, que aprova o Regulamento do Concurso Nacional de Acesso e Ingresso no Ensino Superior Público para a Matrícula e Inscrição no Ano Letivo de 2013-2014; -----

Lei nº 47/2013, de 10 de julho, I série, que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei nº 123/2009, de 21 de maio, que define o regime jurídico da construção, do acesso e da instalação de redes e infraestruturas de comunicações eletrónicas; -----

Portaria nº 225/2013, de 10 de julho, I série, quarta alteração à Portaria nº 331-B/2009 de 30 de março, que regulamenta vários aspetos das ações executivas cívicas; -----

Decreto-Lei nº 90/2013, de 10 de julho, I série, que cria e define as medidas fitossanitárias a aplicar às culturas, plantas, estufas e abrigos abandonados no território nacional e que constituam risco fitossanitário, à exceção dos povoamentos florestais; -----

Decreto-Lei nº 91/2013, de 10 de julho, I série, que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei nº 139/2012, de 5 de julho, que estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos dos ensinos básico e secundário, da avaliação dos conhecimentos a adquirir e das capacidades a desenvolver pelos



Fl. Ata 7 099

Reunião de 2013/07/17

Proc<sup>o</sup>

Deliberação nº

Tomado conhecimento. -----

3/3




1. Assunto: PAGAMENTOS AUTORIZADOS -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação da Divisão Financeira, Patrimonial e de Controlo Orçamental, para conhecimento dos pagamentos autorizados pela Srª Presidente e pelo Sr. Vereador Vale Antunes, no período compreendido entre 2013/06/28 e 2013/07/11, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
3. Informações/pareceres: -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: Alínea g), do nº 1, do artigo 68º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro. -----  
-----
6. Propostas: -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----


1. Assunto: BALANCETES -----  
-----
2. Resumo: Apresentados os balancetes os quais acusam o seguinte saldo em dinheiro: -----  
Câmara Municipal: -----  
Dotações Orçamentais ----- 23 374 792,37€  
Dotações não Orçamentais ----- 2 629 264,81€  
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento: -----  
Dotações Orçamentais ----- 3 893 771,71€  
Dotações não Orçamentais ----- 380 345,02€  
-----  
-----
3. Informações/pareceres: -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano -----Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: -----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Tomado conhecimento.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----

1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DOS EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS MUNICIPAIS DO CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA – ERROS E OMISSÕES -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 335/13, de 09/07, do DASDEDS/DDE, para aceitação da lista de erros e omissões relativa à contratação de serviços de limpeza dos equipamentos desportivos municipais do concelho de Vila Franca de Xira.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 335/13, de 09/07, do DASDEDS/DDE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----

CAPÍTULO: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata ~ 104

Reunião de 2013/07/17

Procº DEC-00DPM.MUS.110.

Deliberação nº 801

1. Assunto: ENCERRAMENTO DOS ESPAÇOS ADSTRITOS AO MUSEU MUNICIPAL NO PERÍODO DE VERÃO – CASA MUSEU MÁRIO COELHO -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 186/13, de 04/06, do DEC/DCTPM, para aprovação do encerramento ao público da Casa Museu Mário Coelho, no período compreendido entre os dias 1 e 15 de agosto de 2013, para obras de manutenção e reformulação do espaço e da exposição.-----  
-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 186/13, de 04/06, do DEC/DCTPM, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----  
-----  
-----
4. Dotação orçamental:-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

*[Handwritten signature]*

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 105

Reunião de 2013/07/17

Procº DEC.00DPM.MUS.110.

Deliberação nº 802

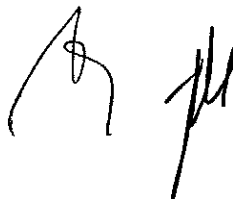
1. Assunto: HORÁRIO DE ABERTURA AO PÚBLICO DO NÚCLEO MUSEOLÓGICO "A PÓVOA E O RIO" -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 208/13, de 25/06, do DEC/DCTPM, para aprovação do período de encerramento e do horário do Núcleo Museológico "A Póvoa e o Rio", que será inaugurado no mês de julho, na Póvoa de Santa Iria. -----  
-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 208/13, de 25/06, do DEC/DCTPM, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----  
-----
4. Dotação orçamental: -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----

CAPÍTULO: DEPARTAMENTO DE AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, DESPORTO,  
EQUIPAMENTOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

1. Assunto: REEMBOLSO DE RENDA PAGA INDEVIDAMENTE - PRAÇA BENTO GONÇALVES, Nº 4 (EX TORRE 8), 3º D - VIALONGA -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1182/13, de 27/06, do DASDEDS/DDS, para aprovação do reembolso da importância de 32,44 €, a Maria Fernanda Tavares Cardoso, referente ao pagamento indevido da renda de janeiro de 2013 do fogo habitacional sito na Praça Bento Gonçalves, nº 4 (ex torre 8), 3º D, em Vialonga. -----  
-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1182/13, de 27/06, do DASDEDS/DDS, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: A Srª Vereadora Conceição Santos submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Vereadora Conceição Santos. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----





Assunto: CESSAÇÃO DO PROTOCOLO DE CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES EM REGIME DE COMODATO – INESTÉTICA – ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE NOVAS IDEIAS -----

Presente proposta do Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte de ata, para aceitação da cessação, com carácter imediato, do protocolo de cedência de instalações em regime de comodato celebrado com a Inestética – Associação Cultural de Novas Ideias, em 22 de agosto de 2007, relativo ao edifício do Café Central, sito na rua Alves Redol, nº 5, em Vila Franca de Xira.-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, perguntando qual é o destino a dar ao imóvel, uma vez cessado o comodato com a Inestética. -----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, referindo que, em certa medida, a questão dos membros da Coligação Novo Rumo era também a desta incógnita, saber se já há alguma ideia para aquilo, ou, não havendo nenhuma intenção de destinar àquele espaço alguma coisa em concreto, se não seria de refletir, atendendo aos hábitos que aquele café tem tido em termos de tertúlia e de abordagem sobre a tauromaquia, ver até que ponto se justificava, considerando a localização central, algo que dissesse bem em termos turísticos, e ligado às tradições desta cidade e zona. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que se tem de olhar para o edifício no seu todo. Tem havido complicações relativamente às diversas concessões que se têm tido no café, e se a situação vier novamente a constituir-se em mais um problema, em que o concessionário não consegue pagar rendas, então tem de se olhar para aquele edifício e reaproveitá-lo. -----

Na sequência do que o Sr. Vereador está a dizer, parece ter todo o sentido o posto turismo passar para lá, ficando a parte de cima com algo ligado à juventude, dentro da interligação da própria juventude começar a ter alguma apetência e informação relativamente às tradições e à cultura. -----

Parece-lhe que poderia ser uma solução, porque aquela intermitência do café, de abrir ou não abrir, tem definitivamente que acabar, e reaproveitar um espaço tão nobre como a sala de visitas, que será o posto de turismo, para quem visita Vila Franca de Xira, que são os turistas. De qualquer forma, qualquer solução terá de vir a reunião de câmara, para se conversar e tomar uma decisão. -----



Fl. Ata 109

Reunião de 2013/07/17

Proc<sup>o</sup>

Deliberação nº

Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira. -----

CAPÍTULO: EQUIPA MULTIDISCIPLINAR DA REQUALIFICAÇÃO URBANA



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 111

Reunião de 2013/07/17

Procº 2/13 GENERI/CM

Deliberação nº 805

1. Assunto: POLIS XXI – REQUALIFICAÇÃO DA FRENTE RIBEIRINHA DA ZONA SUL DO CONCELHO – PARQUE URBANO DA PÓVOA DE SANTA IRIA – 1ª E 2ª FASES -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 268/13, de 09/07, da Equipa Multidisciplinar da Reabilitação Urbana, para aprovação do orçamento de trabalhos a menos no valor de (-) 30 627,60€, acrescido de IVA, referente à empreitada do parque urbano da Póvoa de Santa Iria – 1ª e 2ª fases, adjudicada à Cordivias – Engenharia, Lda, não assistindo ao empreiteiro o direito de indemnização previsto no nº 1, do artigo 381º, do Código dos Contratos Públicos. ---  
-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 268/13, de 09/07, da Equipa Multidisciplinar da Reabilitação Urbana, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
Intervio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que os membros da CDU votam contra.-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta da Srª Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_



Fl. Ata 112

Reunião de 2013/07/17

Procº 3/13 GENERI/CM



Deliberação nº 806

1. Assunto: POLIS XXI – REQUALIFICAÇÃO DA FRENTA RIBEIRINHA DA ZONA SUL DO CONCELHO – CONSTRUÇÃO DE 3 CAIS DE PESCA PARA OS AVIEIROS DA PÓVOA DE SANTA IRIA – PRORROGAÇÃO DE PRAZO-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 266/13, de 10/07, da Equipa Multidisciplinar da Reabilitação Urbana, para aprovação da prorrogação do prazo da empreitada de construção de 3 cais de pesca para os Avieiros da Póvoa de Santa Iria, por mais 15 dias, remetendo a conclusão para o dia 19/07/2013, nos termos do disposto nos artigos 374º e 375º do Código dos Contratos Públicos, bem como do plano de trabalhos, cronograma financeiro, plano de mão de obra e plano de equipamento, apresentados pelo empreiteiro e ajustados em conformidade com a prorrogação do prazo, no âmbito do Polis XXI – Requalificação da frente ribeirinha da zona sul do concelho. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 266/13, de 10/07, da Equipa Multidisciplinar da Reabilitação Urbana, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente. -----  
-----  
-----



1. Assunto: POLIS XXI – REQUALIFICAÇÃO DA FRENTE RIBEIRINHA DA ZONA SUL DO CONCELHO – CONSTRUÇÃO DE 3 CAIS DE PESCA PARA OS AVIEIROS DA PÓVOA DE SANTA IRIA – TRABALHOS A MAIS -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 267/13, de 10/07, da Equipa Multidisciplinar da Reabilitação Urbana, para aprovação do orçamento de trabalhos a mais, respeitante à execução de estacas, no valor de 36 592,20€, acrescido de IVA, referente à construção de 3 cais de pesca para os Avieiros da Póvoa de Santa Iria, adjudicado à Cordivias – Engenharia, Lda, no âmbito do Polis XXI – Requalificação da frente ribeirinha da zona sul do concelho.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 267/13, de 10/07, da Equipa Multidisciplinar da Reabilitação Urbana, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto a reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----

CAPÍTULO: ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL



1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO - PROJETO DE EXECUÇÃO DO TALHÃO S DO CEMITÉRIO DE VILA FRANCA DE XIRA -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 87/13, de 01/07, do DOVI/DOVI, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à celebração do contrato de aquisição de serviços para elaboração do projeto de execução do talhão S do cemitério de Vila Franca de Xira, não se aplicando a redução remuneratória prevista na lei.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 87/13, de 01/07, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----





Deliberação nº **809**

- 42.regulam.mercados

**CAPÍTULO: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO**



Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

ASSUNTOS DIVERSOS - CALHANDRIZ -----

Interveio o munícipe, Sr. Filipe Bragança, dizendo que vem mais uma vez a reunião de câmara porque há mais de 10 anos que anda com uma luta, relacionada com o local onde mora, na rua do Moinho Velho, na Calhandriz, considerando que é inadmissível o que está a acontecer.-----



Fala-se muito do empreendedorismo, que é o seu caso, porque faz artesanato, e já está até a mandá-lo para mais longe, mas tem de ir à procura do transporte e encaminhá-lo, para o levar até sua casa.-----

Há 2 anos a Srª Presidente, na Junta de Freguesia da Calhandriz, mandou um engenheiro ao local, só que até hoje nada foi feito, e a única coisa com que se preocupou foi com uma vala que estava aberta, de um indivíduo que está lá a fazer uma casa. Foi a única coisa com que se preocupou, até hoje nada sabe, o que é de lamentar, pois há mais de 10 anos que anda com o problema. Assim, “ou não vão com a sua cara”, ou não querem fazer.-----

O Sr. Presidente da junta o que lhe diz é que a zona é de casais, nunca pode levar o número de polícia, mas pergunta: afinal o que é isto? Afinal onde é que estamos? Paga os seus impostos, para pagar o ordenado dele, que não aparece na junta de freguesia, a ele e ao secretário, que só lá vão receber o ordenado, pois infelizmente é assim que funciona.-----

Reportando-se ao Forte das Bragadas, e a um assunto apresentado quase há 4 anos, tendo fotografias que já apresentou à Srª Presidente, de uma zona, em cima, de valas onde cabe uma pessoa em pé. Quando foi da obra da A10 fez-se um aterro clandestino, mas não se deixaram os drenos de água como deve ser, só que a resposta que o Sr. Presidente da junta dá é perguntar para onde quer que se encaminhem as águas, e se é para a autoestrada. Aquilo que responde é que sim, exatamente, pois é para lá que está o aqueduto para encaminhar as águas, e é para lá que devem ir.-----

Depois, quando aquelas terras vierem por ali abaixo e houver um acidente grave, na população que lá mora, quer ver como é que a câmara municipal se vai desenvencilhar. Já vem a alertar para a situação há muito tempo, já a apresentou há 4 anos, à Srª Presidente, sendo que nestas valas, conforme consta nas

fotografias, cabe lá uma pessoa em pé. -----

Para além disso, o local onde mora tem uma extensão de 30X5 metros de largo que nunca teve intervenção da junta de freguesia, o que é de lamentar. Será que não paga os seus impostos? Que saiba não deve nada, felizmente não deve nada a ninguém, mas se “não vão com a sua cara”, se calhar é por isso que não arranjam o caminho, ou não limpam uma erva que lá nasça ou coisa parecida, tendo que ser sempre o próprio a tratar do assunto. -----

Terminou, agradecendo que lhe sejam dadas respostas concretas, porque as questões já se arrastam há muitos anos. -----

O Sr. Vice-Presidente interveio, mencionando que o Sr. Filipe Bragança trouxe algumas questões, algumas muito antigas, e umas poderão ter resolução, como seja a melhoria do caminho de acesso à sua residência, a questão da limpeza e também a análise quanto aos aterros que foram feitos aquando da construção da A10, e dos buracos que lá existem.-----

Quanto aos números de polícia, já pediu mais do que uma vez para irem ao local, e solicitará também a ajuda do Arqtº Nuno Santos para complementar as respostas.--

Tem muita simpatia pelo munícipe, e se não se faz, “não é pela sua cara”, pois nada move a câmara municipal contra ninguém, muito menos contra o munícipe, que até tem sempre uma boa ginja, quando se vai ao artesanato. O munícipe é um cidadão atento, colocando as questões nestes fóruns das reuniões de câmara e assembleias municipais.-----

Na situação dos números de polícia, percebe que o munícipe não entenda por que é que ainda não se fez, mas há alguma dificuldade na construção dispersa, em estar a dar numeração de polícia, se bem que o próprio já disse, inclusivamente, que se terá de encontrar uma solução expedita. Há uma casa ali, outra mais à frente, pelo que nestas circunstâncias não é fácil ter uma continuidade, para haver uma lógica de números de polícia.-----

Já pediu para se encontrar uma solução, pois mesmo que mais tarde consista nalguma dificuldade corrigir-se-á, e é nessa base que se está a trabalhar, se bem que não é uma situação fácil, foge dos parâmetros normais da atribuição de números de polícia. -----

No que respeita às outras questões, vai reanalisar com os serviços. Quem foi ao



local foi o Arqt<sup>o</sup> Nuno Santos, pelo que poderá explicar duas coisas. A questão dos números de polícia, se é como o próprio falou ou não, bem como qual foi a avaliação que fez da visita ao local. -----

Tomou a palavra o Arqt<sup>o</sup> Nuno Santos, dizendo que, na sequência da deslocação que fez ao local com o munícipe, teve oportunidade de se aperceber que este topónimo para o qual é pretendida a atribuição de número de polícia é um dos mais compridos ao nível daquela freguesia. Aliás, vem desde o núcleo antigo da Calhandriz até quase ao Pardieiro, atravessando área urbanizada, do aglomerado da Calhandriz, e uma vasta área que não é urbanizada, que está fora do perímetro urbano. -----

A característica daquela propriedade é variada em termos de definição das dimensões, tornando-se muito difícil fazer uma atribuição de números de polícia de forma avulsa, que é aquela que é possível numa circunstância em que não se consegue determinar quando é que as pessoas vão dar entrada de um processo, que pode dar origem à colocação do número de polícia, que é quando existe habitação, até pelo facto de a propriedade ser tão diversificada em termos de dimensão. -----

Nem toda pode levar números, e não se consegue fazer uma atribuição de números de polícia sucessivos. A atribuição de número de polícia deve ser sempre sucessiva, em crescendo, números ímpares ou pares, consoante o lado em que se estiver, e ali não se consegue fazer, porque, de repente, termina o sítio onde se têm números de polícia atribuídos, e até ao outro lado não se consegue antecipar se vai haver ou não propriedades com construção. -----

A propriedade do Sr. Filipe Bragança está à beira da estrada, conjuntamente com mais duas ou três construções no mesmo sítio, que poderiam usufruir, de facto, da atribuição de número de polícia, que dadas estas circunstâncias se torna difícil, mas usufruem sim de caixas postais, com tudo. Do que lhe foi dado perceber da conversa com o munícipe, é que é uma situação que traz algum desconforto, porque estas caixas postais não estão junto às propriedades. -----

Contudo, numa atribuição de número de polícia, dados estes requisitos técnicos, pelos quais os serviços se seguem para a fazer, não se consegue encontrar uma forma que fosse definitiva, e não levasse a sucessivas alterações aos números de



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 120

Reunião de 2013/07/17

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

polícia, com os encargos que representaria para todos.-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que provavelmente o que poderá acontecer é que à medida que os números de polícia vão sendo atribuídos se dê um número, par ou ímpar, e depois ir acrescentando uma letra, até se esgotar o abecedário. -----

Gostaria que fosse encontrada uma solução, pois o munícipe já merece, e é uma questão que já coloca há muito tempo. -----

Tomou a palavra o Sr. Filipe Bragança, mencionando que os números crescem da zona da Calhandriz até um certo limite. A sua casa está mesmo à beirinha da estrada, há agora uma outra em construção, não sabe se também vai ter número, e a questão que coloca é que quando vem uma carta registada ou uma encomenda não lha vão levar a casa. Fica escrito na correspondência "não respondeu", ou "não tem número de polícia", e não pode reclamar aos Correios, porque não tem número de polícia, e os Correios responderão que, como não tem número, não são obrigados a ir à residência. Se não estiver em casa, está muito bem, está correto, mas se for fazer a reclamação aos Correios, automaticamente o que lhe dizem é que não tem número de polícia, e ninguém é obrigado a lá ir levar a encomenda, tendo essa mesma resposta por escrito.-----

Uma coisa é certa, ali, como os presentes sabem melhor do que o próprio, em relação ao PDM, ninguém mais pode construir, principalmente na zona onde mora, pelo que não vê qual é a razão. Tanto que se luta agora pelo empreendedorismo, por onde o próprio avançou, e que teve agora reflexo na FIL, onde esteve, não sabe até que ponto não se pode fazer qualquer coisa por isso. -----

Respondeu o Sr. Vice-Presidente que se vai tentar resolver.-----

Prosseguiu o munícipe, dizendo, quanto aos outros assuntos, que espera que lhe deem resposta antes que haja um acidente qualquer, pois ainda agora, no norte, esteve duas horas a chover, viu-se o que aconteceu. Se acontece ali, vêm as pedras todas por ali abaixo, vão parar aos moradores, e depois quer ver como é que vai ser. -----

-----  
-----  
-----

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----  
PAVIMENTAÇÃO NA ZONA DO ALVARÁ Nº 1/2011 – FONTE SANTA - VIALONGA-----

Interveio o munícipe, Sr. Augusto Peixoto, referindo-se à pavimentação na zona do alvará nº 1/2011, na Fonte Santa, em Vialonga, dizendo que as pessoas gastaram cerca de 5 000,00€ para legalização dos lotes, com o alvará que a câmara municipal passou. -----

A câmara municipal tem lá os depósitos de água, os seus carros passam cerca de 10 a 15 vezes por dia, a dar assistência, e precisamente nessa rua onde passam há duas pessoas que lá moram sofrem com as nuvens de pó, porque os carros são muitos. -----

Desta forma, gostaria de fazer um apelo ao Sr. Vice-Presidente, para a pavimentação da zona do chamado alvará, para que a câmara municipal, o mais depressa possível, pavimente aquelas ruas, mais precisamente onde os carros da câmara municipal passam 3, 4, 5 ou 10 vezes por dia, pois passam as vezes necessárias no acesso aos depósitos da água. -----

Tomou a palavra o munícipe, Sr. Norberto Ribeiro, dizendo que vive lá há 38 anos, paga contribuição há 30 anos, e nunca se fez nada, nem resíduos lá põem, estando a rua uma desgraça.-----

Passam durante os fins de semana muitos jipes, que fazem uma poeira danada e dão cabo da sua casa. A sua mulher era asmática, os carros faziam muita poeira, e quem faz mais pó ainda são os carros da câmara municipal. Passam lá, e quando o veem abrandam, porque já os mandou parar diversas vezes.-----

Em 30 anos, em que paga contribuição, não tem direito ao asfalto? Quem paga 10 e 15 anos já tem o asfalto, mas vive ali há 38. Na altura era ele e mais três moradores, e questiona se não consegue nada. O que será que se passa? Não é um cidadão como os outros? -----

Foi pedir para colocarem resíduos, mas nem isso lá foi posto, e questiona se não tem direito. Pensa que sim, pois vive lá há 38 anos, merece qualquer coisa, e paga 30 anos de contribuição. -----

Respondeu a Engª Carla Alcobia que a Fonte Santa é um loteamento que tem grandes dimensões, e têm-se pavimentado as zonas onde há habitação. No caso do Sr. Peixoto já há pavimentação, mas o outro senhor não tem, e sabe bem isso,



Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata - 122

Reunião de 2013/07/17

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

porque conhece a situação. -----

O que tem acontecido é que se tem pavimentação naquelas zonas, e por fases. Previa-se agora uma fase que não é nessa zona, é mais abaixo, onde há várias moradias. Tem-se feito assim a pavimentação, lentamente, e por fases, porque é um loteamento muito grande, e também há muita zona sem lotes.-----

No caso de ter sido emitido o alvará para a parcela de cima, que é onde o senhor acha que deve ser pavimentado, de facto já há alvará de loteamento, mas também muitas pessoas ainda não participaram nas obras de urbanização. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que os munícipes referem uma coisa que se deveria ter em atenção, e nem sabe se não eram os próprios SMAS que deveriam resolver, sendo que estão presentes dois administradores dos serviços, e podem refletir sobre isso. -----

Passam lá regularmente carros da câmara municipal ou dos serviços municipalizados, pelo que questiona por que não ponderar, uma vez que o acesso aos depósitos tem de ser feito por ali, encontrar uma solução para ver se se consegue resolver a situação, já que, por aquilo que a Engª Carla Alcobia está a dizer, aquela fase não é para já.-----

Respondeu a Engª Carla Alcobia que aquilo que se informou as pessoas, pois mandou-se um ofício sobre o assunto, foi que se ia começar a fazer o levantamento. O projeto da Fonte Santa é muito antigo, precisa de ser reformulado, e aquilo que se informou é que se ia fazer o levantamento topográfico da zona, para desenvolver o projeto, no sentido de depois se desenvolver a respetiva empreitada.-----

Se assim for entendido, pode-se avançar com o projeto dessa zona, para se pensar. Interveio o Sr. Vice-Presidente, solicitando à Engª Carla Alcobia para fazer chegar uma planta com o que está pavimentado e o que não está, bem como a zona em causa. -----

Tomou a palavra o munícipe, Sr. Augusto Peixoto, acrescentando, em relação ao chamado alvará, que independentemente das pessoas lá terem gastado na ordem dos 5 000,00€ por lote, o problema é que gastaram o dinheiro, e querem também o seu investimento com um certo valor. -----

Estão na zona do alvará, está tudo em terra batida, e isso não dá incentivo a





Reunião de 2013/07/17

Deliberação nº \_\_\_\_\_

ninguém que queira comprar ali os lotes. Depois, gastaram cerca de 5 000,00€ por lote, e se não têm alguma prioridade sobre aqueles que ainda não gastaram nada, acha que há nisso uma certa injustiça. Não tem nada contra as outras áreas, mas uma vez que já gastaram o dinheiro, devem ter prioridade sobre os outros que ainda não gastaram nada.-----

É esse o apelo que quer fazer ao Sr. Vice-Presidente, para que aquela parte seja pavimentada o mais depressa possível.-----

O Sr. Vice-Presidente interveio de novo, referindo que seria simpático agora dizer que amanhã vai-se já alcatroar, mas não é assim, e aquilo que diz ao Sr. Peixoto e ao seu vizinho é que se vai estudar o problema, e ver, junto dos SMAS, se podem ajudar, na medida em que se trata de um caminho necessário e único de atravessamento para se chegar aos depósitos, vendo se se encontra ali uma solução. -----

É o que pode dizer, que se vai avaliar a situação, para ver se se encontra uma saída. -----



Deliberação nº **812**